

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARINA FABRIS GONZATTO

**COMO MENSURAR O INVISÍVEL:
UM ESTUDO METODOLÓGICO DE EXPERIÊNCIAS DE
INCLUSÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO NAS
CONTAS NACIONAIS**

Porto Alegre
2019

MARINA FABRIS GONZATTO

**COMO MENSURAR O INVISÍVEL:
UM ESTUDO METODOLÓGICO DE EXPERIÊNCIAS DE
INCLUSÃO DO TRABALHO REPRODUTIVO NAS
CONTAS NACIONAIS**

Monografia submetida à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção da graduação em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Horn

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Gonzatto, Marina Fabris

Como mensurar o invisível: Um estudo metodológico de experiências de inclusão do trabalho reprodutivo nas Contas Nacionais / Marina Fabris Gonzatto. -- 2019.

73 f.

Orientador: Carlos Henrique Horn.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Divisão sexual do trabalho. 2. Trabalho reprodutivo. 3. Trabalho doméstico não remunerado. 4. Contas Nacionais. 5. Conta satélite. I. Horn, Carlos Henrique, orient. II. Título.

MARINA FABRIS GONZATTO

**COMO MENSURAR O INVISÍVEL: UM ESTUDO
METODOLÓGICO DE EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO DO
TRABALHO REPRODUTIVO NAS CONTAS NACIONAIS**

Monografia submetida à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção da graduação em Economia

Aprovada em: Porto Alegre, 03 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique Horn – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Cassio da Silva Calvete
UFRGS

Profª. Dra. Janice Dornelles de Castro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Há seis anos, iniciei minha história na UFRGS e na Faculdade de Ciências Econômicas. Ao concluir este trabalho, encerro também uma etapa muito importante na minha vida. Cheia de altos e baixos e idas e vindas. Aproveito o momento, então, para agradecer a todos que fizeram parte desta trajetória comigo.

Minha mãe, amiga e, logo, colega de profissão. Obrigada por estar sempre ao meu lado me apoiando, ajudando e incentivando a ir mais longe e me aventurar pelo mundo e pela economia – mesmo que acabemos seguindo caminhos diferentes.

Meu pai, sempre cheio de carinho e disposição para ouvir meus anseios e dúvidas. Obrigada por ter me passado pelo menos um pouco do teu olhar crítico e esperançoso.

Meu irmão, que eu espero que leia este trabalho um dia. Felipe, te agradeço por dividir o sol comigo, até nos dias mais nublados. Te amo, mano!

Minha mãe de coração, que ajudou a moldar a mulher que eu sou hoje. Obrigada, Tina, por todo amor, carinho e ensinamentos.

Minhas amigas, mulheres inspiradoras e determinadas, que me empoderaram, me corrigem e me acolhem.

Minha dinda, meu avô, minhas tias e tios, este trabalho tem um pouco de cada um de vocês, que sempre me apoiam e iluminam. Obrigada.

Meu companheiro Nathan, que participou de todos os passos deste trabalho – sempre curioso com o que estava por vir. Te agradeço por dividir comigo leituras, correções e preocupações. Sem os teus comentários e o teu incentivo, este trabalho não seria o mesmo.

E, é claro, Prof. Carlos Henrique Horn, que me orientou na execução desta pesquisa. Obrigada por estar atento a cada vírgula escrita aqui e pelo interesse no assunto que escolhi trabalhar.

Por fim, agradeço à UFRGS – que ouviu muitas reclamações nos últimos seis anos. Foi aqui que aprendi não apenas sobre economia, mas sobre o mundo e sobre mim. Torço e luto por essa universidade, assim como por um ensino público acessível e de qualidade, para que nós sigamos produzindo conhecimento para a sociedade.

A educação resiste!

RESUMO

Como mensurar o invisível: um estudo metodológico de experiências de inclusão do trabalho reprodutivo nas Contas Nacionais

Este trabalho dedica-se a um estudo metodológico de experiências internacionais de valoração do trabalho doméstico não remunerado. Justificando o interesse no tema, são definidos os conceitos de gênero, patriarcado e trabalho reprodutivo, relacionando-os a partir de uma contextualização da divisão sexual do trabalho nas origens do sistema capitalista. Apresenta-se uma introdução aos principais conceitos do Sistema de Contas Nacionais, elucidando a invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado nas contas principais, e delineando a elaboração de contas alternativas. O objetivo de análise deste trabalho são as contas satélites, que estão intimamente ligadas as contas principais e possibilitam uma ampliação do conceito de fronteira de produção para inclusão da produção doméstica. Ao considerar as metodologias utilizadas pela Finlândia, Colômbia, México e Reino Unido para valorar o trabalho doméstico não remunerado e elaborar esta conta, compreende-se a necessidade de formular uma metodologia harmonizada que possibilite comparações internacionais. Os resultados calculados pelos países exprimem a importância do trabalho doméstico não remunerado na economia nacional, tendo em vista que a magnitude da produção doméstica chega a representar no Reino Unido e na Finlândia, respectivamente, 63% e 39% do PIB de cada país. Adicionalmente, as pesquisas realizadas pela Colômbia e México destacam a importância desse estudo para o debate de gênero, visto que as mulheres são responsáveis por 80% e 75% da produção doméstica em cada país.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Trabalho reprodutivo. Trabalho doméstico não remunerado. Contas Nacionais. Conta satélite.

ABSTRACT

How to measure the invisible: a methodological study of experiences of including the reproductive work in the national accounts

This work is dedicated to a methodological study of international experiences of valuation of unpaid domestic work. Justifying the interest in the topic, the concepts of gender, patriarchy and reproductive work are defined, and related to one another, by contextualizing the sexual division of labour in the origins of capitalism. An introduction to the main concepts of the System of National Accounts is presented, elucidating the invisibility of unpaid domestic work in the core national accounts, and outlining the elaboration of alternative accounts. The focus of analysis in this project are the satellite accounts, which by definition are closely linked to the main accounts and permit an extension of the concept of the production boundary to include domestic production. When considering the methodologies used by Finland, Colombia, Mexico and the United Kingdom to assess unpaid domestic work and to develop the satellite account, the need to formulate a harmonized international methodology for comparison between countries is understood. The results calculated by the analysed countries express the importance of the unpaid domestic work in the national economy, given that the magnitude of its production in the United Kingdom and Finland, respectively, represents 63% and 39% of their GDP. In addition, research carried out by Colombia and Mexico highlights the importance of this study for the gender debate, since women are responsible for 80% and 75% of domestic production in each country.

Keywords: Sexual division of labour. Reproductive work. Unpaid domestic work. National Accounts. Satellite account.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO | 12 |
| 2.1 GÊNERO E TEORIA ECONÔMICA | 12 |
| 2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO REPRODUTIVO | 18 |
| 2.3 TRABALHO DOMÉSTICO..... | 27 |
| 3 MENSURANDO O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO | 30 |
| 3.1 CONTAS NACIONAIS | 30 |
| 3.2 FRONTEIRA DE PRODUÇÃO | 32 |
| 3.3 CONTA SATÉLITE DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO | 35 |
| 4 EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS DOS PAÍSES SELECIONADOS..... | 43 |
| 4.1 FINLÂNDIA..... | 43 |
| 4.2 COLÔMBIA..... | 47 |
| 4.3 MÉXICO | 54 |
| 4.4 REINO UNIDO..... | 59 |
| 4.5 RESULTADOS | 65 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 68 |
| REFERÊNCIAS | 71 |

1 INTRODUÇÃO

As atividades produtivas, de acordo com o manual do Sistema de Contas Nacionais, resultam da combinação de insumos, trabalho e capital, com o objetivo de gerar bens e serviços. Os serviços são os produtos de natureza imaterial, realizados por uma unidade em benefício de outra ou para consumo próprio, desde que o tipo de atividade seja tal que possa ter sido realizado por outra unidade. As Contas Nacionais, entretanto, apresentam uma contradição ao mensurar os serviços consumidos pelas famílias. Desses, os serviços que são transacionados no mercado são mensurados e contabilizados nas estatísticas nacionais, inclusive como os serviços domésticos remunerados. Os serviços que não são transacionados no mercado, quando oferecidos pelo governo e pelas instituições sem fins lucrativos, são estimados e incluídos nas Contas Nacionais, da mesma forma que são incluídos serviços habitacionais consumidos pelas famílias proprietárias e ocupantes. A incongruência apresenta-se, portanto, na exclusão dos serviços domésticos realizados e consumidos pelas famílias do Sistema de Contas Nacionais.

O serviço doméstico não remunerado corresponde à parcela “invisível” do consumo das famílias, visto que é deixada de fora das estatísticas nacionais. Esta exclusão é ainda mais preocupante ao considerar que grande parte desses serviços é realizada por mulheres; portanto, há uma discriminação de gênero, conforme as atividades são incluídas ou não na fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais. Pretendendo contribuir para o debate sobre a dinâmica de gênero na sociedade, a principal motivação desta pesquisa é compreender a forma como as Contas Nacionais tratam a produção de um trabalho tipicamente feminino.

Esta monografia propõe-se a responder à seguinte pergunta: Como são formuladas as experiências de mensuração dos trabalhos reprodutivos? Para alcançar tal objetivo realiza-se um estudo metodológico de contas satélites de países que calculam a magnitude do trabalho doméstico não remunerado. Além disso, para contextualizar a divisão sexual do trabalho, esta pesquisa inicia apresentando uma revisão histórica que investiga a época de transição para o capitalismo, a fim de entender a feminilização e desvalorização do trabalho reprodutivo, sendo este definido por um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado e sustento da vida humana. Ignorar uma parcela do trabalho reprodutivo, além de criar distorções quanto à

capacidade produtiva dos países, reforça o descaso com aqueles que o executam, que são principalmente mulheres.

Enquanto o objetivo geral é entender as experiências internacionais de mensuração do trabalho reprodutivo, os específicos são: discutir os conceitos de gênero e patriarcado relacionando-os a teorias econômicas; definir trabalho reprodutivo e trabalho doméstico não remunerado; contextualizar a divisão sexual do trabalho; esboçar uma introdução ao Sistema de Contas Nacionais; revisar o conceito de conta satélite e as possíveis formas de valoração do trabalho doméstico não remunerado; e, por fim, analisar metodologias de contas satélites da produção doméstica elaboradas pela Eurostat, Finlândia, Colômbia, México e Reino Unido.

As experiências dos países selecionados apresentam divergências metodológicas que prejudicam análises internacionais comparativas. Esta pesquisa se destaca por sistematizar metodologias que não estão totalmente consolidadas. Apresenta-se os principais marcos metodológicos de diferentes países, a fim de contribuir ao debate a respeito da influência dessas decisões na estimativa do valor da produção doméstica. A maior parte dos estudos realizados a respeito da valoração do trabalho doméstico não remunerado comparam os resultados encontrados por países que utilizam metodologias similares, desconsiderando o objetivo de alcançar uma recomendação metodológica internacional e harmonizada.

Para além desta introdução, o trabalho que segue está segmentado em três capítulos de desenvolvimento e um conclusivo. O primeiro instiga a problemática do trabalho reprodutivo, apresentando uma revisão da literatura a respeito da divisão sexual do trabalho. A seguir, são investigados conceitos do manual do Sistema de Contas Nacionais e das contas satélites da produção doméstica. A discussão, então, introduz o último capítulo do corpo do trabalho, que revisa as metodologias utilizadas pelos quatro países selecionados no cálculo do valor do trabalho doméstico não remunerado e construção da conta satélite. A última seção do quarto capítulo é dedicada à apresentação dos principais resultados extraídos das experiências internacionais. Por fim, a conclusão aponta as principais contribuições do estudo realizado aqui.

Ao selecionar as metodologias analisadas, foram consideradas apenas pesquisas realizadas por instituições oficiais. O leitor não deve, portanto, esperar uma análise das contas brasileiras do trabalho doméstico não remunerado, tendo em vista que as instituições do país, em particular o IBGE, organismo responsável pelo sistema

de contas nacionais, não elaboram a conta satélite analisada aqui. Na pesquisa acadêmica, merece destaque um estudo elaborado pela pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), que mostra que os afazeres domésticos realizados pelas mulheres e por alguns homens equivalem a cerca de 12% do PIB brasileiro no ano de 2005 (MELO; CASTILHO, 2009). A pesquisadora entende que dar visibilidade a produção do trabalho doméstico não remunerado é uma vitória do ponto de vista feminista; entretanto, reconhece que as informações disponíveis nas estatísticas oficiais brasileiras ainda são insuficientes e distorcem os resultados da pesquisa.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

2.1 GÊNERO E TEORIA ECONÔMICA

Antes de imergir na discussão principal do trabalho, faz-se necessário revisar a literatura acerca do tema. Para tanto, será explorada neste capítulo, a literatura a respeito de gênero enquanto categoria de análise e objeto da teoria econômica, tendo como principais referências as autoras Joan Scott (1989), Heleieth Saffioti (2004) e Hildete Pereira de Melo (1997).

O conceito de *gênero* utilizado neste trabalho segue o proposto por Joan Scott, considerando-se ainda as observações de Saffioti (2004). Scott (1989) definiu *gênero*, conforme já vinha sendo utilizado pelo movimento feminista a partir da década de 1970, como uma relação hierarquizada das construções sociais que definem homens e mulheres. Com isso, apresentou *gênero* enquanto categoria de análise, relativizando o que se entende por homens e mulheres, não só os inserindo como categorias já dadas e naturalizadas. A socióloga trouxe novas perspectivas para os estudos de gênero, questionando a estabelecida concepção da dualidade sexo-gênero, sendo o primeiro determinado pela natureza e, o segundo, pela cultura. Fato é que diversos domínios da vida social – como a infância, a família e a sexualidade – têm sido associados à natureza e à biologia e retirados da ação humana. O esforço de Scott e de outras teóricas tem sido justamente de tomar o sentido oposto: desnaturalizar esses domínios. A obra de Scott que reestruturou o conceito de gênero tem influência indiscutível na literatura feminista.

Joan Scott (1989) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuais. O que interessa a ela são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, atribuindo-lhes sentido e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas. Caberia, portanto, aprofundar a categoria de análise de *gênero* nos sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, transformando “homens” e “mulheres” em expressões mutáveis e não categorias fixas dadas de antemão. Assim, chega-se às principais definições da autora: (i) *gênero* é construído sobre a base da percepção da diferença sexual e (ii) *gênero* é uma forma primária de dar sentido as relações de poder.

Avançando na discussão de Scott, Saffioti acrescenta que *gênero* “carrega uma dose apreciável de ideologia” (p. 136), portanto está longe de ser um conceito neutro.

A autora assinala que o conceito ganhou tamanha centralidade no debate feminista que afetou o debate sobre patriarcado:

O exposto permite verificar que o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. (SAFFIOTI, 2004, p. 118)

Saffioti (2004) entende que gênero acompanha a humanidade desde sua existência, enquanto o patriarcado é um fenômeno mais recente, que despontou durante o desenvolvimento do capitalismo. A noção corrente do termo patriarcado foi difundida nos anos 1970, para denotar uma formação social em que os homens detêm o poder (VIECELI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017). O conceito diz respeito necessariamente à desigualdade, opressão e submissão feminina, sendo uma dentro de várias possíveis relações de gênero (SAFFIOTI, 2004). Uma interpretação de gênero atrelada ao conceito de patriarcado implica uma perspectiva de poder, resultante das relações sociais entre homens e mulheres que são historicamente assimétricas; sendo assim, é possível capturar a complexidade e profundidade da subordinação das mulheres (VIECELI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017).

A discussão sobre gênero nas Ciências Econômicas é ainda pouco explorada. De fato, há uma dificuldade na aplicação de seus pressupostos, tal como formulada pelos clássicos, marxistas e neoclássicos, à explicação do papel feminino na sociedade e, em particular, na esfera reprodutiva (BAPTISTA, 2011). As teorias clássicas, neoclássicas e marxistas abordam, de forma tangencial, a importância do trabalho doméstico na reprodução da economia de mercado. Assim, visto que o trabalho doméstico recai majoritariamente sobre as mulheres, o tratamento dispensado pelas Ciências Econômicas a esse trabalho e sua produção reflete o modo como os economistas pensam o papel da mulher no funcionamento do sistema capitalista e o valor da produção feminina (MELO; SERRANO, 1997).

“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo próprio interesse”, observou Adam Smith em 1776. O pai da economia viveu com a mãe durante a maior parte da sua vida. Ela cuidava do filho e da casa, assumindo inúmeros afazeres, mas

Adam Smith omitiu esta condição de sua investigação. Será que Margaret Douglas fazia o jantar do seu filho considerando o seu próprio interesse? O que se sabe é que a mãe de Adam Smith cuidava do filho, mas não se sabe por que ela o fazia e o economista tampouco se preocupou em entender isso (MARÇAL, 2017).

O trabalho reprodutivo diz respeito a todos os esforços indispensáveis na criação, desenvolvimento e sustento dos seres humanos. Essas responsabilidades têm início na concepção de uma criança, envolvendo gravidez, parto e lactância, e se desdobram em um conjunto de atenções e cuidados necessários para sobrevivência humana, como: alimentação, cuidados físicos e sanitários, educação, apoio afetivo e psicológico, manutenção do espaço e bens domésticos e administração financeira do lar. O trabalho reprodutivo é realizado majoritariamente por mulheres, enquanto o trabalho denominado produtivo, direcionado a geração de bens e serviços considerados economicamente produtivos, é incumbência dos homens. Tanto na economia política clássica de Adam Smith, quanto nos quadros teóricos marxista e neoclássico, o debate sobre o trabalho reprodutivo é centrado nas necessidades do capitalismo e ignora as relações de gênero que definem a divisão sexual do trabalho (BAPTISTA, 2011).

O trabalho reprodutivo, por ser responsável pela manutenção e reprodução da força de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista. Entretanto, as teorias econômicas clássicas não o colocam no centro dos debates, uma vez que não entendem esse trabalho como uma atividade primordial do sistema mercantil. Partindo de uma perspectiva analítica clássica, o trabalho reprodutivo realizado para suprir as necessidades dos trabalhadores é apenas complementar à produção mercantil. Em sequência, as abordagens clássicas desconsideram as relações de gênero, apenas situando o trabalho reprodutivo feminino como subsidiário ao masculino (VIECELI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017).

A teoria econômica marxista, diferente da clássica, aproxima-se do tema do trabalho reprodutivo. Isto surpreende, visto que o próprio Karl Marx teve muito pouco a dizer sobre o trabalho doméstico, não sendo encontrada em sua obra incursões sobre as transformações que o capitalismo provocou na reprodução da força de trabalho (BAPTISTA, 2011; FEDERICI, 2017). Em *O Capital* o trabalho reprodutivo é entendido como essencial para o capital, visto que sem ele, não há trabalhadores disponíveis no mercado. Todavia, a questão da família ou a posição das mulheres no modo de produção capitalista não são explicitamente abordadas (MELO; SERRANO,

1997; FEDERICI, 2017). A falta de atenção às desigualdades na divisão sexual do trabalho doméstico deriva do fato de que não há qualquer aspecto específico de interesse na questão de gênero, a qual estaria subsumida à luta pelo socialismo.

Por outro lado, Engels, companheiro de viagem de Marx, explorou a questão da mulher, bem antes do marxismo ser acolhido na discussão das correntes feministas, referindo-se ao capital e à propriedade privada como responsáveis tanto pela exploração dos trabalhadores, quanto pela repressão das mulheres. Ademais, o autor defendeu que a incorporação das mulheres no mercado de trabalho eliminaria as diferenças de gênero impostas pelo que as feministas designaram posteriormente como o patriarcado (VIECELI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017).

Federici repreende Marx por ter negligenciado o papel das mulheres em sua análise, destacando que:

“Mulheres”, [...], significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas (2017, p. 27)

Nesta mesma linha crítica de Federici (2017), Mies (1986) afirma que Marx manifesta uma “cegueira com relação à exploração das mulheres” (p. 179) e Amin (1974) rebate o eurocentrismo do autor. Assim como Adam Smith, Marx entendia o aumento do trabalho doméstico e sua concentração nas mãos femininas como um “efeito natural” e não como causa e consequência do desenvolvimento do capitalismo (FEDERICI, 2017). O trabalho doméstico não era considerado um terreno de exploração dos trabalhadores e, portanto, não poderia ser um espaço de resistência. Marx “nunca imaginou que as mulheres pudessem se recusar a reproduzir ou que esta recusa pudesse se transformar em parte da luta de classes” (FEDERICI, 2017, p. 179).

Apenas em 1960, ao ser redescoberto pelo feminismo, o trabalho doméstico foi melhor analisado entre as correntes marxistas. Visando compreender o papel econômico da mulher como trabalhadora doméstica e o papel da família dentro da ordem produtiva capitalista, o trabalho reprodutivo passou a ser intensamente discutido. Então, o trabalho doméstico não remunerado foi enquadrado como uma força de trabalho cujo valor de uso é produzir valor de troca. O valor de uso do trabalho doméstico é a reprodução dos trabalhadores, que é essencial para a manutenção do

sistema capitalista (MELO; SERRANO, 1997). Concluem, ainda, que na esfera doméstica, as mulheres são exploradas por seus companheiros, que depositam nos braços femininos a responsabilidade pelos afazeres domésticos (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

Federici (2017) faz analogia entre o corpo e uma fábrica, afirmando que o primeiro é para as mulheres análogo ao que o segundo é para os homens trabalhadores assalariados ou, ainda, o “principal terreno de sua exploração e resistência”. Essa analogia evidencia que a mulher, assim como a classe trabalhadora, está em uma condição oprimida e “*of merciless degradation*” (JEFFERSON; KING, 2001, p. 84). As mulheres são expropriadas de seus direitos como seres humanos e como produtoras. O caráter capitalista do setor doméstico fica evidente quando o trabalho não remunerado é contrastado com os serviços domésticos contratados e, portanto, recebem uma remuneração monetária em troca do uso de sua força de trabalho (MELO; SERRANO, 1997). Por essa razão, muitas teóricas feministas defendem a remuneração do trabalho doméstico, visto que esse trabalho estabelece condições necessárias na vida privada para que os indivíduos possam contribuir com a sua força de trabalho na esfera pública (BAPTISTA, 2001; FEDERICI, 1974)

Numa linha de pensamento do feminismo marxista, a discussão do trabalho reprodutivo avançou durante a década de 1960, também na teoria econômica neoclássica (BAPTISTA, 2011). A teoria neoclássica tem como conceito central o “mercado”. Este é o lugar onde, de maneira racional e autônoma, os “agentes” em busca de maximização de seus objetivos se encontram para comprar e vender mercadorias. A escola neoclássica parte do pressuposto de que, assim como empresas capitalistas, as pessoas fazem escolhas racionais visando benefício próprio.

Impulsionados por mudanças no capitalismo, como a crescente mercantilização do consumo e a participação da mulher no mercado de trabalho, economistas como Gary Becker (1965) trouxeram os pressupostos neoclássicos para “dentro de casa” e reconheceram a produção doméstica como uma área legítima de estudo (BAPTISTA, 2011). Caracterizaram a família como uma “pequena fábrica”, onde se deve combinar bens de capital, matérias primas e mão de obra para limpar, alimentar, procriar, etc. (JEFFERSON; KING, 2001). Sob a teoria da “Nova Economia Doméstica”, o trabalho

reprodutivo assumiu, pela primeira vez, um status importante na discussão entre os neoclássicos.

Na Nova Economia Doméstica, a família é entendida como uma unidade econômica racional que, de forma eficiente, combina os recursos necessários ao desenvolvimento de atividades domésticas. As decisões da família, baseadas na divisão sexual do trabalho, orientam o homem ao trabalho produtivo não doméstico e confinam a mulher nas atividades domésticas, pois elas teriam maior capacidade de especializar-se nessas atividades. Assim, os teóricos neoclássicos defendem que as mulheres, como agentes econômicos baseados em individualismo e utilitarismo, buscam otimização da alocação do seu tempo escolhendo o trabalho no lar. A economista Hildete de Melo (1997) critica fortemente essa ideia, pois, segundo ela, não há “relação mais altruísta e não utilitarista do que ter filhos” (p. 154).

O debate sobre o trabalho doméstico nas principais teorias econômicas foca em dois aspectos principais: (i) a naturalização dos estereótipos de gênero no modo de produção capitalista, e (ii) a relação disso com a divisão sexual do trabalho na base da dualidade existente entre a esfera pública e a privada. Essa dualidade é fundamental para compreender as diferentes esferas que integram homens e mulheres. A dicotomia entre público e privado, ideia central do pensamento ocidental, coloca Estado, economia e sociedade civil em contraposição à família, ao lar e à reprodução (VIECELLI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017; MARÇAL, 2017). A esfera pública é tida como o âmbito político, portanto a consideração, a empatia e o cuidado devem ser eliminados da análise; e a razão e a impessoalidade devem imperar (VIECELLI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017). Do outro lado, a esfera privada abraça o pessoal e o íntimo. “Uma coisa era feita por dinheiro. A outra, por consideração. E as pontas nunca devem se encontrar” (MARÇAL, 2017, p. 123).

A separação entre as esferas pública e privada está fortemente atrelada às relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e à valoração da produção das atividades. A inferioridade das mulheres é agravada pelo fato de não haver estudos de qualidade sobre tarefas tipicamente femininas – relacionadas à reprodução. A invisibilidade das tarefas domésticas, que não são caracterizadas como objeto de troca, reforça a construção de uma imagem da mulher como cidadã de segunda categoria (MELO; SERRANO, 1997).

Esta breve análise de gênero enquanto parte da teoria econômica e do papel da mulher na sociedade capitalista traz à tona o questionamento sobre os motivos do

trabalho doméstico ser predominantemente executado por mulheres. Entretanto, para desvendar a complexa relação da mulher, do trabalho reprodutivo e dos afazeres não remunerados no lar, faz-se necessário o estudo mais aprofundado do conceito de divisão sexual do trabalho e sua origem no período de transição para o capitalismo, como será apresentado na próxima seção. É certo que a pretensão de esgotar essa temática é descabida no contexto deste trabalho.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO REPRODUTIVO

A discussão acerca do trabalho reprodutivo que será desenvolvida nesta seção está embasada nas obras de Federici (1974, 2017), teórica do feminismo marxista. O objetivo é entender a divisão sexual do trabalho reprodutivo e o período de mudanças sociais que resultaram no confinamento da mulher no trabalho doméstico e sua desvalorização. Para avançar nesse debate faz-se necessário retomar, brevemente, a origem do sistema capitalista.

O sistema pré-capitalista dominante foi a economia feudal, que entre 1350 e 1500, na Baixa Idade Média, encontrou uma barreira em seu desenvolvimento. Essa barreira se traduzia em uma crise de acumulação e prolongou-se por mais de um século (FEDERICI, 2017). A época imperava um regime de autossuficiência, com salários elevados e preços baixos, que propiciava a “riqueza do povo”, mas excluía a possibilidade da riqueza capitalista (MARX, 2006, *apud* FEDERICI, 2017). Uma das respostas à crise de acumulação foram as revoltas antifeudais. Camponeses e artesãos se rebelaram contra os senhores feudais e diversos movimentos sociais comunalistas floresceram na Europa. Defendendo ideais que vão de encontro aos capitalistas, as revoluções proletárias lutavam por uma sociedade igualitária fundada na cooperação de seus integrantes. Muitos historiadores defendem ainda hoje que a revolta proletária não apresentava chances de sucesso, devido a confusão de suas demandas. Federici (2017) ao contrário, entende que os objetivos dos camponeses eram muito claros: “Eles exigiam que cada homem tivesse tanto quanto qualquer outro e, para atingir tal objetivo, uniam-se a todos aqueles que não tinham nada a perder” (p. 107).

A revolução do proletariado colocou em risco o poder feudal e levou a uma união da classe dominante para conter as revoluções antifeudais. A nobreza, a Igreja e a burguesia, tradicionalmente oponentes entre si, formaram uma frente de ataque

contra camponeses e artesãos, que colocou um fim no processo revolucionário europeu. A classe dominante europeia lançou uma ofensiva global, se apropriando de novas fontes de riqueza, expandindo sua base econômica, colocando novos trabalhadores sob seu comando e, assim, superando a crise de acumulação (FEDERICI, 2017). A contrarrevolução feudal enfraqueceu o poder dos camponeses e artesãos, abrindo espaço para que se iniciasse o processo de acumulação que possibilitou o desenvolvimento do sistema capitalista.

O conceito *transição para o capitalismo* foi cunhado na década de 1940 para definir o período entre 1450-1650 que se caracteriza pela decomposição do feudalismo e o desenvolvimento do sistema capitalista. Nesses dois séculos não havia um sistema econômico dominante, ainda persistiam influências do feudalismo enquanto os novos elementos da sociedade capitalista estavam tomando forma. Apesar do que sugere o termo “transição”, que direciona o pensar a um processo prolongado e gradual, o surgimento do capitalismo ocorreu em um dos períodos mais sangrentos e descontínuos da história mundial (FEDERICI, 2017). O sistema feudal não se transformou harmônica e naturalmente no sistema capitalista. Dois séculos de enfrentamentos e opressão dos camponeses e artesãos criaram condições para consolidar o modo de produção que predomina até hoje.

Federici (2017) trata a tese da transição para o capitalismo como algo fictício, pois não faz jus às revoluções e contrarrevoluções que assolaram a Europa no período. A autora utiliza o conceito de “acumulação primitiva”, cunhado por Marx, para se referir ao período de mudanças dos processos sociais feudais que desenvolveram um ambiente propício para a construção das relações capitalistas. A acumulação primitiva se caracteriza por uma acumulação da força de trabalho sem precedentes na história mundial. Esse processo inflou a parcela tanto de “trabalho morto” na forma de bens roubados, quanto de “trabalho vivo”, ampliando a massa de trabalhadores à disposição para serem explorados. Para Marx, a acumulação primitiva foi uma reestruturação social e econômica orientada pela reação feudal à crise de acumulação (FEDERICI, 2017). Como essa reação possibilitou o desenvolvimento do capitalismo, ela é colocada pelo pensador como uma pré-condição para as relações capitalistas. Este seria um ponto de divergência entre Marx e Adam Smith, pois para o segundo a abstinência dos ricos é colocada como fonte de riqueza capitalista; enquanto para Marx, seria a separação dos trabalhadores dos meios de produção que ocorreu no período da acumulação primitiva (FEDERICI, 2017).

Hoje, tem-se uma imagem do trabalhador como um ser emancipado, livre, dono de sua força de trabalho, que escolhe vendê-la a quem melhor pagar (MARÇAL, 2017). Contudo, essa imagem de classe trabalhadora moldada pela disciplina capitalista foi construída apenas em meados do século XIX. Durante o processo de acumulação primitiva, os artesãos, antes donos dos meios de produção, resistiram a aceitar trabalhar por um salário (FEDERICI, 2017). O processo de acumulação primitiva foi possibilitado por uma violenta reação das classes feudais dominantes, que estavam perdendo poder, para enfraquecer a luta antifeudal e concentrar capital e trabalhadores exploráveis. Esse acúmulo de trabalho vivo foi possibilitado pelas divisões profundas construídas dentro da classe trabalhadora. Hierarquias sobre o gênero – assim como sobre “raça” e idade – foram fundamentais para a estruturação do proletariado moderno.

Pressupõe-se aqui que a divisão sexual do trabalho, inserida no contexto da acumulação primitiva, confinou as mulheres no trabalho reprodutivo, sendo esta uma das bases de sustentação do capitalismo (FEDERICI, 1974). A hierarquia de gênero resultante desse processo foi possibilitada por uma crescente misoginia e degradação da imagem feminina, que, por sua vez, decorre de uma verdadeira guerra contra as mulheres lançada pelas instituições estatais (FEDERICI, 2017)

A caça às bruxas, que muitas vezes é considerada um fenômeno folclórico, foi um movimento de perseguições religiosas e sociais contra as mulheres que ocorreu na Europa entre 1450 e 1750. Acusadas de bruxaria e feitiçaria, estima-se que 60 mil mulheres foram condenadas às chamas nesse período (LADEIRA; LEITE, 1993). A bruxaria passou a ser tratada pelo Estado e pela Igreja como uma calamidade pública que deveria ser combatida, tão real quanto tempestades ou pestes. Ladeira e Leite (1993, não paginado) escrevem sobre a percepção que a população tinha sobre as “bruxas” na época:

Nuas, montadas em vassouras, aterrorizando cidades, aldeias e castelos, no imaginário popular e religioso da época, as bruxas estavam por toda parte, semeando o pavor. A perversidade feminina campeava solta, a serviço dos mandos do demônio e precisava ser contida a qualquer custo.

Estendendo-se primeiramente a curandeiras e benzedoras, o conceito de “bruxa” foi sendo ampliado, até que passou a ser inteiramente relacionado à natureza

feminina, por isso entende-se a caça às bruxas como um período de terrorismo contra as mulheres. Esses 300 anos de caça e criminalização das mulheres destruiu um universo de práticas femininas que formava a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista e da resistência antifeudal, preparando, assim, o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor (FEDERICI, 2017).

Assim, apesar do trabalho seguir uma análise marxista, apresenta-se uma crítica às obras de Marx, que impõem um limite à discussão da acumulação primitiva, devido a sua perspectiva se voltar exclusivamente ao proletariado assalariado. Marx entende que a acumulação primitiva consiste na expropriação da terra do campesinato europeu e na formação do trabalhador “livre”. O autor também faz referência aos reflexos da colonização do Novo Mundo, mas ignora a situação das mulheres. Como colocado por Federici (2017, p. 26):

A perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Federici (2017) aprofunda sua análise da relação entre as mulheres e o capital investigando o período de transição para o capitalismo, a caça às bruxas e a divisão sexual do trabalho. Para a autora, a acumulação pré-capitalista rompeu as barreiras da natureza, superando o estado natural do homem – apresenta como exemplo as jornadas de trabalho que se estenderam muito além dos limites definidos pela luz solar. O corpo humano se transformou em uma máquina, um capital, e o corpo feminino sofreu ainda mais. O capitalismo demanda que as mulheres sejam máquinas de reprodução da força de trabalho e, através da degradação da imagem feminina, alcança a destruição do poder das mulheres sobre seus corpos e seu trabalho. As mulheres deveriam trabalhar para o sistema capitalista, ou seriam caçadas como bruxas e exterminadas.

Assim, partindo do ponto de vista das mulheres, o período de acumulação capitalista não representou qualquer progresso histórico. A transição para o capitalismo não foi um processo de libertação para o trabalhador – e muito menos para as trabalhadoras –, visto que o desenvolvimento desse sistema econômico-social está atrelado ao racismo e ao sexismo. A autora defende que para intensificar, justificar e ocultar a exploração de parte da população, o capitalismo “difama a

natureza” de quem explora – “mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos” (FEDERICI, 2017, pg. 37).

Para o capitalismo se desenvolver, as mulheres foram difamadas, seu trabalho desvalorizado e seus corpos criminalizados. Esse processo fica evidente, analisando o período que antecedeu a acumulação primitiva. Entre 1350 e 1450, quando o perfil social europeu era muito diferente, em cada cidade foram abertos bordéis públicos geridos pelo Estado e financiados por impostos; a prostituição era legal e reconhecida como um serviço público; e quaisquer restrições e penalidades contra ela foram eliminadas. Claro que na época as forças dominantes tinham seu próprio interesse, visto que os bordéis eram considerados “remédio[s] contra os protestos sociais, a heresia e a homossexualidade” (FEDERICI, 2017, p. 106). Apenas no século XV a prostituição foi criminalizada, quando os senhores feudais, o clero e a burguesia começaram a atuar em todos os níveis da vida social e política, sem medir esforços, para criar antagonismos dentro da classe proletária.

Com a contrarrevolução dos senhores feudais, as mulheres passaram a ser vistas com hostilidade pelas autoridades políticas. Em 1530-1560, a prostituição foi sujeita a novas restrições e criminalizada. As prostitutas que trabalhavam nas ruas eram severamente penalizadas com banimento, flagelação e outras formas cruéis de reprimendas. Além disso, o estupro de mulheres de baixa renda foi descriminalizado, o que foi traduzido como um consentimento estatal para tal ação. As mulheres passaram a ser alvo de caça e a violência contra elas era cada vez mais aceita. Assim, a solidariedade entre os membros da classe operária, que havia sido alcançada com as lutas antifeudais, foi substituída por um clima misógino prejudicial às mulheres de todas as classes sociais. A violência contra a mulher foi legitimada e as mulheres proletárias foram sacrificadas por senhores e servos (FEDERICI, 2017). Federici (2017) lembra que este processo foi referido por Michel Foucault como “disciplinamento do corpo”, que seriam os esforços do Estado e da Igreja de “transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho” (p. 240). O filósofo define o disciplinamento do corpo como uma das condições para o desenvolvimento capitalista.

Sincronicamente à marginalização do trabalho feminino, as instituições estatais criminalizaram a contracepção, privando as mulheres da autonomia em relação ao nascimento de filhos e extraindo o poder de controle sobre seus corpos. (FEDERICI, 2017). Na Alta Idade Média, as mulheres eram incentivadas a estabelecer um limite

para as suas gestações – inclusive, a Igreja via a contracepção com certa indulgência, mas esse cenário mudou drasticamente. A Europa enfrentou uma terrível crise demográfica devido à epidemia de peste bubônica que a assolou entre 1347 e 1352, dizimando mais de um terço da população do continente. Com o objetivo de restaurar a proporção populacional, o Estado lançou uma verdadeira guerra contra as mulheres com o objetivo de quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sobre a procriação. A partir de então, o controle das mulheres sobre a reprodução passou a ser visto como uma ameaça à estabilidade econômica e social. As mulheres passaram a ter um papel passivo na gestação e no parto. Criminalizado, o saber da contracepção passou à clandestinidade, as parteiras foram marginalizadas e a nova prática médica vigente passou a priorizar a vida do feto em detrimento da vida da mãe.

Na Idade Média, as mulheres tinham liberdade para usar métodos contraceptivos e tinham controle indiscutível sobre a procriação; já no período da acumulação primitiva, a reprodução transformou-se em assunto público e os “úteros transformaram-se em território político controlados pelos homens e pelo Estado” (FEDERICI, 2017, p. 178). A acumulação primitiva se apropriou do corpo feminino e esse foi reduzido a um instrumento de reprodução e expansão da força de trabalho. Federici (2017) destaca a importância da criminalização dos métodos contraceptivos na vida das mulheres e na organização capitalista do trabalho, visto que esse processo extraiu das mulheres o poder de controle sobre seus corpos e degradou a maternidade à condição de trabalho forçado.

Na Europa pré-capitalista, as mulheres tinham acesso a terras e outros bens comuns, assim como os homens, mas o processo de acumulação primitiva transformou as mulheres em bens comuns. Federici (2017) registra essa mudança analisando o conceito de “mulher comum”:

Os ecos desta “apropriação primitiva” podem ser ouvidos no conceito de “mulher comum”, que, no século XVI, qualificava aquelas mulheres que se prostituíam. Porém, na nova organização do trabalho, todas as mulheres tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (p. 191).

No regime capitalista, o trabalho feminino foi definido como recurso natural inescotável excluído das relações de mercado. Assim, as mulheres proletárias foram forçadas à dependência econômica, à pobreza e à posição de não-trabalhadoras. Ao confinar as mulheres à atividade reprodutiva e reduzi-las a não-trabalhadoras, rapidamente todo o trabalho feminino foi desapropriado de valor. Vale ressaltar que a desvalorização do trabalho reprodutivo foi desastrosa também para os homens, pois o produto dessa atividade, a força de trabalho, também foi desvalorizado.

Uma das características da acumulação primitiva foi a separação dos trabalhadores dos meios de produção. Esse processo foi fundamental para a construção das relações capitalista, visto que libertou capital, que agora tem, por exemplo, as terras privatizadas livres para funcionar como meio de acumulação e de exploração, não mais como meio de subsistência (FEDERICI, 2017). O novo regime econômico foi prejudicial aos trabalhadores, visto que possibilitou que o salário real fosse reduzido num nível abaixo de subsistência. A queda do salário real ocasionada por um aumento dos preços dos alimentos, antes estagnados por dois séculos, possibilitou uma maior acumulação. Com a monetização desaparece, portanto, a economia de subsistência, baseada na produção para uso e na união entre produção e reprodução. No novo regime, o valor está somente na produção para o mercado; assim, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada na esfera privada e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis.

Os efeitos das privatizações das terras foram ainda mais danosos para as mulheres, designadas a um trabalho expropriado de valor e considerado natural para elas. A *família* surgiu como a instituição mais importante para a acumulação e o ocultamento do trabalho feminino, além de ser a esfera onde a dependência econômica da mulher ficava mais evidente. Federici percebe a instituição *família* como “complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal” (2017, p. 193). A mulher passou a ter um papel central na família e sua função social, como relata Federici em referência a uma canção feminista italiana de 1971, passou a ser “produzir filhas e filhos para o Estado”.

No auge da redefinição da posição da mulher na sociedade, foi criada a noção de “dona de casa” – a mulher servente confinada ao lar. Aos homens trabalhadores foram prometidos maiores salários, capazes de sustentar suas famílias e suas esposas “não trabalhadoras”. Assim, a divisão sexual do trabalho possibilitou que o

capital passasse a explorar o trabalho das mulheres por meio de seus maridos, desenvolvendo “um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado” (FEDERICI, 2017, p. 146). Federici (1974) entende que a mulher sofre uma forma particular de exploração, produzindo tanto para o capital quanto para seus maridos.

A discriminação sofrida pelas mulheres foi institucionalizada pelas autoridades com o objetivo de pacificar os artesãos rebeldes. Os homens trabalhadores foram cúmplices do processo de exclusão social das mulheres, pois mantiveram algum poder disciplinando e desvalorizando o trabalho feminino – assim como, em outros momentos, utilizando a mão de obra das crianças e dos povos colonizados. Federici relata como as mulheres tomaram o lugar dos meios de subsistência retirados dos homens na acumulação primitiva, uma vez que “eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade” (2017, p. 191). A nova divisão sexual do trabalho afastou as mulheres do trabalho produtivo, definindo-as como mães, esposas, filhas e viúvas, ocultando sua condição de trabalhadoras e dando aos homens livre acesso a seu trabalho e a seus corpos.

A desvalorização do trabalho feminino foi possível devido ao intenso processo de degradação social que as mulheres sofreram. Ao final do século XVII, as mulheres tinham perdido espaço em todas as áreas da vida social. Sincronicamente à acumulação primitiva, construíram-se os preceitos culturais que maximizam e hierarquizam as diferenças entre os gêneros feminino e masculino. As mulheres passaram a ser consideradas excessivamente emocionais, luxuosas, vaidosas, selvagens e incapazes de se governar, necessitando sempre do controle masculino. Constantemente acusadas de insubordinação e taxadas de “desbocadas”, “bruxas” e “putas”, as mulheres tornaram-se alvo frequente de dramaturgos populares – Federici (2017) menciona *A megera domada* (1593) de Shakespeare como exemplo.

A depreciação literária e cultural que as mulheres sofreram entrelaçou-se a um projeto de expropriação. Os povos indígenas americanos, na época da Conquista, foram tratados com a mesma hostilidade que as mulheres, em uma simetria que não é casual. A demonização de ambos os grupos foi resultado de uma intensa campanha de terror que serviu para mistificar e justificar a escravização e apropriação de seus trabalhos. No caso das mulheres europeias, a caça às bruxas foi o meio central da destruição da identidade feminina, do desmoronamento do mundo matriarcal e de

qualquer senso de coletivo entre as mulheres, como colocado por Federici (2017, p. 203):

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades.

Após dois séculos de terrorismo de Estado contra as mulheres, surgiu um novo modelo de feminilidade: bela, recatada e do lar. A mulher ideal passou a ser definida como passiva, obediente, casta, com pouco a dizer e sempre ocupada com suas tarefas – domésticas, é claro. As mulheres foram rebaixadas a cidadãs de segunda categoria, subordinando-se às vontades dos homens e do capital (MELO; SERRANO, 1997). O ocultamento do trabalho feminino, disfarçado de inferioridade natural, permitiu que o capital usasse o salário masculino para acumular o trabalho não remunerado feito pelas mulheres. Adam Smith celebra o aumento de produtividade capitalista atribuindo-o exclusivamente à especialização, como na ode à fábrica de alfinetes. Federici (2017) enfatiza, entretanto, que a vantagem produtiva que a classe capitalista extraiu da divisão técnica da produção é ínfima quando comparada à vantagem extraída da degradação e apropriação do trabalho das mulheres.

A nova ordem patriarcal reservou às mulheres um papel de servas da força de trabalho masculina (FEDERICI, 2017). A transição para o capitalismo, portanto, deve ser considerada uma derrota histórica para as mulheres, visto que as expulsou dos ofícios, desvalorizou o trabalho reprodutivo e feminizou a pobreza. O capital tem feito um excelente trabalho ao explorar e ocultar a produção das mulheres, transformando o trabalho reprodutivo em um recurso inesgotável, que se pode colher da natureza feminina. A divisão do trabalho entre homens e mulheres imposto pelo capital nas origens do sistema capitalista, há 500 anos, continua, ainda hoje, devastando a vida de mulheres em todos os cantos do planeta. O trabalho das mulheres é uma infraestrutura fundamental do sistema capitalista, invisível e permanente (MARÇAL, 2017).

Deste modo, resta discutir uma forma relevante e emblemática que toma o trabalho feminino: o trabalho doméstico. Ainda que este não seja exclusivamente realizado por mulheres, enquanto expressão do trabalho reprodutivo ele acaba por recair mais que proporcionalmente sobre as mulheres. A presente seção discutiu o

modo como o desenvolvimento capitalista estruturou relações hierárquicas e opressoras que distribuíram o trabalho – produtivo e reprodutivo – com um recorte sexual bem delimitado. É imprescindível que esta dinâmica seja mantida como pano de fundo para a próxima seção, na qual se discute o trabalho doméstico. Assim, é possível que se compreenda – nos limites dispostos nesta pesquisa – a múltipla dimensão que constitui o trabalho doméstico.

2.3 TRABALHO DOMÉSTICO

O trabalho de reprodução do ser humano, quando realizado no contexto da família, é conceituado como trabalho doméstico. Este, segundo Hirata (2009), é definido como um conjunto de tarefas realizadas no lar e relacionadas ao cuidado de pessoas. Esse trabalho está relacionado a manutenção da moradia, ao atendimento das pessoas da casa e a manutenção da força de trabalho remunerada (DANE, 2014). Como revelado na seção anterior, o desenvolvimento das relações capitalistas resultou na desvalorização e feminilização do trabalho reprodutivo; assim, as atividades domésticas tornaram-se essencialmente femininas e frequentemente realizadas de forma gratuita (GELINSKI; PEREIRA, 2005). O capital obteve sucesso ao relacionar os afazeres domésticos a um caráter natural da mulher, considerando esse trabalho inevitável e até realizador (FEDERICI, 1974).

O trabalho doméstico, em grande parte das análises econômicas, é desagregado em trabalho remunerado e não remunerado. A questão central desta monografia é o trabalho doméstico não remunerado (TDNR), contudo vale ressaltar algumas características do trabalho doméstico remunerado (TDR): mesmo fazendo parte das relações monetárias, o TDR é considerado um subemprego pouco protegido por direitos trabalhistas; não é um trabalho com prestígio ou boas remunerações, sendo relegado a mulheres de classes e raças pior situadas no espectro social (VIECELI; WÜNSCH; STEFFEN, 2017). Possui um caráter polivalente, uma vez que os serviços domésticos exigem esforço físico, mental e emocional para produzirem o bem-estar do empregador (BAPTISTA, 2011). Independente se remunerados ou não, os serviços relacionados a reprodução dos seres humanos são executados em grande parte pelas mulheres. Federici (1974) descreve o trabalho doméstico, não apenas como um emprego comum, mas uma forma de manipulação e violência que o capital perpetuou.

De forma remunerada ou não, as trabalhadoras que executam tarefas domésticas são extremamente desvalorizadas e muitas vezes consideradas socialmente inferiores (BAPTISTA, 2011). O trabalho doméstico não remunerado resulta de uma combinação peculiar e perfeita de serviços físicos, emocionais e sexuais que está entranhada ao papel social da mulher no sistema capitalista. Federici, em 1974, compõe “They say it is love. We say it is unwaged work” (p. 74). A naturalização do TDNR alcançou um nível de romantização que se chega a pensar que as mulheres se realizam apenas por estar executando tarefas domésticas. O capital mistificou a natureza feminina e manipulou a exploração que as mulheres sofrem, associando o seu trabalho com a essência do amor materno. A naturalização do trabalho doméstico como feminino é a arma mais poderosa do capitalismo, que convence diariamente que o trabalho no lar não é trabalho e, assim, garante a seu dispor uma mão-de-obra barata, flexível e pouco conflitiva (GELINSKI; PEREIRA, 2005). Federici (1974, p.82) completa:

[...] o capital fez e faz dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos. Ao mesmo tempo, mostra que cozinhamos, sorrimos e transamos ao longo dos anos não porque era mais fácil para nós do que para qualquer outra pessoa, mas porque não tínhamos nenhuma outra escolha. Nossos rostos ficaram distorcidos de tanto sorrir, nossos sentimentos se perderam de tanto amar, nossa hiperssexualização nos deixou completamente dessexualizadas.

Federici (1974) ressalta o caráter servente da dona de casa – uma mulher com um trabalho tão pesado quanto invisível. A demanda permanente do tempo feminino para a execução dos afazeres do lar dificulta o ingresso das mulheres na esfera pública (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016). Entretanto, os serviços domésticos não remunerados, realizados pelas mulheres, não são mensurados nos sistemas de contas nacionais; assim, não são valorados e, conseqüentemente, não são reconhecidos socialmente. A desvalorização do TDNR reforça o papel de subordinação vivido pelas mulheres assentado na reprodução e na maternidade (GELINSKI; PEREIRA, 2005; MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2005). Mensurar o TDNR nas Contas Nacionais é de suma importância, pois, ao quantificar a produção realizada pelas mulheres no âmbito doméstico, demonstra-se quão fundamentais são essas trabalhadoras para a construção e manutenção da sociedade capitalista. Além disso, compreender a grandeza do TDNR, permite visualizar a relação entre a esfera

reprodutiva e o restante do sistema econômico, observando a distribuição do tempo, trabalho, consumo e renda entre ambos.

3 MENSURANDO O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO

3.1 CONTAS NACIONAIS

O Sistema de Contas Nacionais (SCN ou *System of National Accounts - SNA*) compõe uma importante fonte de informação para a análise do funcionamento da economia de um país (FEIJÓ; RAMOS, 2017). Apresentado originalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1952, o SCN tem como proposta padronizar o cálculo da produção e de outros agregados econômicos, possibilitando, assim, a realização de comparações intertemporais e internacionais do desempenho econômico dos países (GELINSKI; PEREIRA, 2005). Além disso, as estatísticas são compiladas e apresentadas de forma que visam aprofundar a análise econômica e auxiliar na tomada de decisão e formulação de políticas (UN *et al.*, 2009).

The main objective of the SNA is to provide a comprehensive conceptual and accounting framework that can be used to create a macroeconomic database suitable for analysing and evaluating the performance of an economy (p. 4).

No centro do SCN, está a produção de bens e serviços e as transações monetárias resultantes do processo de produção. Essas transações são objeto central do cálculo da contabilidade nacional, ainda que nem todos os aspectos da atividade econômica sejam contabilizados, mesmo tendo impacto no bem-estar da população (FEIJÓ; RAMOS, 2017). Os agregados derivados das Contas Nacionais representam o esforço produtivo de um país e os seus desdobramentos na geração de renda e despesa em um período determinado. O valor agregado gerado pela produção representa o Produto Interno Bruto (PIB).

A contabilidade nacional divide o sistema econômico em unidades institucionais capazes de possuir bens ou ativos; incorrer em obrigações em seu próprio nome; e tomar decisões econômicas, engajando-se em atividades econômicas e em transações com outras unidades (UN *et al.*, 2009). As unidades institucionais residentes na economia são agrupadas em cinco setores mutuamente exclusivos, compostos pelos seguintes tipos de unidades:

- A. Empresas não financeiras;
- B. Empresas financeiras;

- C. Governo;
- D. Instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFLSF);
- E. Famílias.

Esses setores institucionais representam as entidades legais ou sociais que têm existência reconhecida pelo direito ou pela sociedade. As instituições que integram esses setores se envolvem em atividades econômicas e transações, como, respectivamente, uma corporação, uma unidade do governo, uma instituição sem fins lucrativos (ISFL) ou uma unidade familiar.

O setor família, segmento mais importante no desenvolver deste trabalho, é definido pelo manual das Contas Nacionais como:

[...] a group of persons who share the same living accommodation, who pool some, or all, of their income and wealth and who consume certain types of goods and services collectively, mainly housing and food. (UN *et al.*, 2009, p. 82)

Assim, o setor institucional família é composto por um grupo de pessoas que partilha alojamento, recursos e consumos, não sendo necessário que essas pessoas possuam qualquer relação de parentesco. Vale ressaltar que o trabalhador doméstico que vive nas instalações de seu empregador não faz parte da unidade familiar do seu empregador.

Sob responsabilidade e controle das unidades institucionais está a produção. Resumidamente, a produção é uma atividade econômica que utiliza insumos de mão de obra, capital, bens e serviços para produzir bens e serviços (UN *et al.*, 2009). Para distinguir os produtos das atividades econômicas, o SCN define bens como objetos físicos e tangíveis, que estão suscetíveis a direitos de propriedade, e cuja propriedade pode ser transferida de uma unidade institucional para outra através de transações nos mercados. Os produtos intangíveis são os serviços: esses possuem natureza imaterial e são fornecidos sincronicamente ao momento de sua produção, de forma que quando a produção de um serviço é concluída, esse já deve ter sido fornecido ao consumidor. A produção de serviços deve limitar-se a atividades que possam ser realizadas por uma unidade em benefício de outra. Também é possível que uma unidade produza um serviço para seu próprio consumo, desde que o tipo de atividade seja tal que possa ter sido realizado por outra unidade.

Tendo sido apresentada uma definição geral de produção, devemos agora definir a fronteira de produção, que é a definição operacional do conceito de produção utilizada pelo SCN. Conjuntamente tratamos de seus limites no que tange às atividades domésticas.

3.2 FRONTEIRA DE PRODUÇÃO

A definição operacional de produção utilizada pelas Contas Nacionais, sob o termo de fronteira de produção, estabelece quais atividades econômicas são consideradas produtivas por gerar produto/renda para o país. Define, portanto, o que será mensurado no SCN, que de acordo com seu manual (UN *et al.*, 2009) reúne:

- A. A produção de bens e serviços que são fornecidos a unidades econômicas outras que não aquela que os produziu, ou que tem a intenção de serem fornecidos, ou seja, que são fornecidos no mercado;
- B. A produção de bens para autoconsumo das famílias;
- C. A produção de serviços habitacionais dos proprietários ocupantes (por meio de imputação de um valor de aluguel às residências ocupadas pelos proprietários);
- D. A produção de serviços pessoais e domésticos quando remunerados.

A fronteira de produção do SCN inclui apenas a produção que tem a intenção de ser destinada ao mercado; assim, é mais restrita que o conceito geral de produção. Bens e serviços que não são vendidos, mas ainda assim são fornecidos para outras unidades, devem ter seus valores estimados e incluídos nas Contas Nacionais. Quando os produtos são retidos para consumo próprio e não há transações para outras unidades, é possível registrá-los estimando seu valor; é o caso da produção de bens para autoconsumo, por exemplo.

O manual de Contas Nacionais expõe o principal problema da fronteira de produção em relação à produção familiar: decidir o tratamento dado às atividades que produzem bens ou serviços que poderiam ter sido fornecidos no mercado, mas que são retidos por seus produtores para seu consumo próprio (UN *et al.*, 2009). Estas abrangem um vasto leque de atividades produtivas, como:

- A. A produção de bens agrícolas por empresas familiares para consumo final próprio;

- B. A produção de outros bens, como construção de habitações, produção de alimentos e vestuário etc., para uso final próprio das famílias;
- C. A produção de serviços habitacionais para consumo final próprio dos proprietários ocupantes;
- D. A produção de serviços domésticos e pessoais para consumo dentro da mesma casa: preparação de refeições, cuidados e treinamento de crianças, limpeza, reparos etc.

Todas essas atividades são produtivas em um sentido econômico; entretanto, nem todas são compiladas na contabilidade nacional. O SCN inclui toda produção de bens para autoconsumo das famílias – atividades relacionadas à produção A e B relacionadas acima –, visto que a decisão sobre se os bens serão vendidos ou retidos para uso próprio pode ser feita depois de produzidos. O manual de Contas Nacionais defende que a produção desses bens deve ser incluída, devido à importância dessas atividades particularmente em alguns países em desenvolvimento (UN *et al.*, 2009). Por outro lado, com exceção dos serviços habitacionais, todos os demais serviços realizados pelas famílias que são retidos por seus produtores para seu consumo próprio são excluídos do conceito de produção do SCN.

A produção de serviços habitacionais consumidos pelos proprietários ocupantes é tradicionalmente incluída na fronteira de produção do SCN, apesar de fazer parte dos serviços produzidos e consumidos pelas famílias dentro do domicílio. As unidades familiares proprietárias das habitações que ocupam são formalmente tratadas como proprietárias de empresas que produzem serviços habitacionais consumidos por esses mesmos agregados familiares. Assim, os serviços de habitação produzidos pelos proprietários ocupantes são estimados conforme o valor que seria cobrado para o aluguel do alojamento.

Diversamente do tratamento dado aos serviços habitacionais próprios, os limites da fronteira de produção excluem os serviços domésticos produzidos e consumidos pelo mesmo agregado familiar. O manual do SCN afirma que a exclusão dos trabalhos domésticos não remunerados da fronteira de produção é uma decisão metodológica puramente prática, devido às dificuldades tanto de valoração desses serviços quanto de comparabilidade entre países (FEIJÓ; RAMOS, 2017; UN *et al.*, 2009). O SCN aponta que a grande maioria dos serviços domésticos não é produzida para o mercado e, assim, não há preços considerados adequados para estimar a valoração dos produtos:

As the vast majority of household services are not produced for the market, there are typically no suitable market prices that can be used to value such services. It is therefore extremely difficult to estimate values (UN et al., 2009, p. 99)

Além disso, sustenta que a decisão de produzir serviços domésticos é autônoma; portanto, sua produção tem repercussões limitadas no restante da economia, não sendo influenciada, nem influenciando as políticas públicas. Colocando a decisão de produzir tais serviços sob responsabilidade unicamente das famílias, o SCN não vê necessidade de contabilizar o valor produzido no domicílio para fins de reprodução da família.

Outro aspecto relevante para justificar a exclusão do TDNR das contas nacionais seria as implicações na mensuração do emprego. De acordo com Organização Internacional do Trabalho (OIT), pessoas economicamente ativas são definidas como aquelas envolvidas em atividades produtivas conforme definido no SCN. Ao ampliar a fronteira de produção para incluir serviços domésticos para consumo próprio, todas as pessoas envolvidas em tais atividades se tornariam autônomas, e o desemprego seria eliminado (UN et al., 2009).

O manual do SCN relaciona serviços produzidos por membros do domicílio e consumidos dentro do mesmo domicílio para os quais nenhuma entrada é registrada nas Contas Nacionais:

- A. A limpeza, decoração e manutenção do domicílio ocupado pelo agregado familiar, incluindo pequenas reparações geralmente feitas pelos membros da família;
- B. A limpeza, manutenção e reparação dos bens da família, incluindo veículos;
- C. A preparação de refeições;
- D. O cuidado, treinamento e educação de crianças;
- E. O cuidado de doentes, enfermos ou idosos;
- F. O transporte de membros da casa ou seus bens.

Essas atividades quando oferecidas por uma unidade à outra, estão dentro da fronteira de produção, pois são serviços oferecidos no mercado. Adicionalmente, é destacado que o pagamento a outros membros da mesma unidade familiar para a

realização dessas atividades não é considerado como pagamento de serviços e, conseqüentemente, não deve ser incluído na fronteira de produção.

Excluir da fronteira de produção os serviços domésticos produzidos e consumidos pelo mesmo agregado familiar resulta em omissão do valor gerado dentro do domicílio para a reprodução das famílias. Como grande parte desses serviços são realizados por mulheres, o exercício de mensurá-los como parte do SCN, se realizado, apresentaria caminhos para uma reflexão sobre a dinâmica de gênero na sociedade. Para possibilitar a integração da produção doméstica de serviços para autoconsumo nas Contas Nacionais, o SCN introduziu o conceito de contas satélites, que será explorado na próxima seção.

3.3 CONTA SATÉLITE DO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO

Em 1993, foi introduzido, no manual do SCN, o conceito de contas satélites, com uma breve introdução do estudo metodológico necessário para elaborar contas satélites de turismo, de cuidados com a saúde, de contabilidade ambiental e do trabalho doméstico não remunerado. Conforme o SCN, contas satélites estão intimamente ligadas às contas principais, mas permitem o uso de conceitos complementares ou alternativos necessários para trazer dimensões adicionais ao quadro conceitual das Contas Nacionais (UN *et al.*, 2009).

Satellite accounts are accounting statements that are separate from, but conceptually consistent, with the core national accounts. The main purpose of satellite accounts is to give an integrated picture of a given field of economic activities, flexibly expanding the analytical capacity of national accounting without overburdening or disrupting the central system. (EUROSTAT, 2003, p. 5).

Desde então, devido ao interesse analítico, diversos países têm trabalhado na construção dessas contas satélites. Nessa seção serão apresentados conceitos metodológicos necessários para compreender as experiências internacionais de elaboração da conta satélite do trabalho doméstico não remunerado (CSTDNR).

O desenvolvimento da CSTDNR resulta de uma ampliação da fronteira de produção, a fim de integrar ao quadro de Contas Nacionais a parcela doméstica da produção de bens e serviços. Em 2000, buscando avançar nos estudos do TDNR e

alcançar harmonização de sua valoração entre os países, o escritório de Estatística da União Europeia (Eurostat) montou um grupo de trabalho para propor uma metodologia da conta satélite do trabalho doméstico não remunerado (CSTDNR). Em 2003, essa força tarefa apresentou um relatório dos estudos desenvolvidos até então, cujo objetivo é apresentar e discutir formas de elaborar contas satélites para o trabalho doméstico. Note-se que o relatório registra questões sobre as quais há opiniões divergentes e pontos que os membros do grupo concordaram. Dessa forma, a despeito dos resultados do relatório da Eurostat não serem uma recomendação final, são de suma importância para o estudo e a construção da CSTDNR. Além disso, o documento aponta a relevância de pesquisas como esta, que possibilitam entender a magnitude da produção dos serviços domésticos; comparar a renda gerada por essa produção e a renda gerada pelo mercado; e melhorar as análises comparativas de diferentes países, incluindo tanto a produção mercantil quanto a não mercantil (EUROSTAT, 2003).

A conta satélite do trabalho não remunerado estrutura-se a partir da valoração econômica do trabalho não remunerado em tarefas domésticas e de cuidados que os membros do domicílio realizam em atividades produtivas para a geração de serviços, dimensionando a contribuição das famílias para a economia nacional (INEGI, 2017). O escopo da CSTDNR é o setor família que, como definido anteriormente, é composto por grupos de pessoas que partilham o mesmo alojamento, compartilham seus rendimentos e consomem, coletivamente, determinados bens e serviços. O termo produção doméstica é usado para se referir a bens e serviços que são produzidos dentro da unidade familiar por seus membros, combinando o seu trabalho não remunerado com bens de consumo duráveis e não duráveis, e consumidos pelas famílias sem qualquer transação no mercado (OECD, 1995 *apud* EUROSTAT, 2003). Vale ressaltar que, de acordo com essa definição, a parte da produção doméstica referente aos bens produzidos para autoconsumo das famílias, que já integra as contas principais do SCN, será incluída na CSTDNR. Será incluída também, a produção doméstica de serviços para autoconsumo das famílias, que não integra as contas principais do SCN. Por outro lado, a produção doméstica mercantil – por exemplo, famílias que prestam serviços de alojamento – está incluída nas contas principais e não é coberta pela CSTDNR (EUROSTAT, 2003).

A elaboração da conta satélite depende da ampliação da fronteira de produção, a fim de incluir as atividades domésticas produtivas. Para determinar quais atividades

domésticas são produtivas e quais não são, utiliza-se o *critério da terceira pessoa*. A definição desse critério foi apresentada por Margaret Reid em 1934 e é referência na literatura de produção doméstica – além de ser considerado no manual de SCN, ainda que não seja explicitamente mencionado (EUROSTAT, 2003). Determina-se, pelo critério da terceira pessoa, que uma atividade é produtiva quando pode ser delegada a outra pessoa, ou melhor, pode ser trocada no mercado. O manual de SCN define as atividades produtivas fazendo uso desse critério:

Activities that are not productive in an economic sense include basic human activities such as eating, drinking, sleeping, taking exercise, etc., that it is impossible for one person to employ another person to perform instead. Paying someone else to take exercise is no way to keep fit. On the other hand, activities such as washing, preparing meals, caring for children, the sick or aged are all activities that can be provided by other units and, therefore, fall within the general production boundary. (UN *et al.*, 2009, p. 98)

A produção doméstica é composta por diferentes atividades que, por razões operacionais, são agrupadas em principais funções de acordo com seus produtos. O manual do SCN relaciona as principais funções da unidade familiar:

- A. Fornecer habitações e alojamento;
- B. Fornecer refeições e nutrição;
- C. Fornecer roupas e serviços de lavanderia;
- D. Fornecer serviços de cuidados;
- E. Fornecer transporte;
- F. Voluntariado e ajuda informal.

Nem todo serviço encaixa perfeitamente em apenas uma função – por exemplo, administração do domicílio é um dos serviços necessários para a execução de todas as funções acima e também é considerado um trabalho doméstico. Deve-se atentar também às relações internas de recursos e usos na produção doméstica. Em certas ocasiões, a produção de uma atividade pode ser usada como insumo para outra, essas interconexões entre as funções devem ser levadas em consideração, a fim de evitar dupla contagem (EUROSTAT, 2003).

A valoração do TDNR é necessária quando o objetivo é analisar o valor da produção doméstica na economia integrando-a ao quadro das Contas Nacionais. Os produtos do TDNR, como de outros trabalhos, são primeiramente observados como

unidades físicas. Há dois métodos básicos utilizados para definir a medida da produção em termos físicos e atribuir-lhe valor monetário: o método *input*, ou método dos custos, que estima o valor da produção do TDNR de acordo com as horas trabalhadas e o salário pago no mercado por essa mão de obra; e o método *output*, ou método do produto, que estima o valor conforme os preços de mercado dos bens e serviços produzidos (EUROSTAT, 2003). O problema central da CSTDNR é a valoração de sua produção, visto que não há mão de obra ou produtos perfeitamente equivalentes no mercado.

Uma possibilidade de valoração do TDNR é seguir o procedimento das Contas Nacionais para precificação da produção do setor público, que também não apresenta preço de mercado, e calcular o custo de insumos (ONS, 2002). Dessa maneira utiliza-se o método *input*, que é composto pela soma dos custos com a remuneração dos empregados, os impostos sobre a produção líquida de subsídio, o consumo intermediário e o consumo de capital fixo¹. Essa abordagem é utilizada por grande parte dos países que mensuram o TDNR, pois depende apenas de pesquisas de uso do tempo e dados adicionais, como das Contas Nacionais e de salários, que já estão disponíveis nas estatísticas do governo em muitos países (EUROSTAT, 2003). A dificuldade com essa abordagem é que, no contexto das contas domésticas não se tem um salário de mercado que corresponde perfeitamente a mão de obra do TDNR.

Pelo método dos custos, a base da valoração da produção doméstica é o valor do trabalho não remunerado, que, dependendo da metodologia aplicada, deve ser somado ao consumo intermediário, consumo de capital fixo e impostos sobre a produção líquida. O valor econômico do TDNR deve ser calculado da seguinte forma:

$$VTDNR_t = \sum_{i=1}^n [(CH_{i,t}) * (HTDNR_{i,t})]$$

onde,

$VTDNR_t$ = Valor econômico do TDNR no ano t

$CH_{i,t}$ = Custo por hora por atividade i no ano t

$HTDNR_{i,t}$ = Horas de TDNR por atividade i no ano t

¹ O relatório da Eurostat (2003) não recomenda a inclusão o consumo de capital quando utilizar a abordagem dos custos.

De acordo com a equação acima, o valor é estimado pela multiplicação do número de horas de TDNR por atividade, que deriva de pesquisas do uso do tempo, pelo custo por hora. Para definição dessa parcela recomenda-se duas abordagens: o *método do custo de oportunidade*, que se baseia no pressuposto de que o tempo gasto em TDNR reduz o tempo em trabalho remunerado; e o *método do custo de substituição*, que leva em consideração quanto é poupado pelas famílias ao realizar as tarefas domésticas sem remuneração, alternativamente à compra de bens e serviços no mercado (EUROSTAT, 2003; INEGI, 2017).

O valor do TDNR calculado pelo método do custo de oportunidade considera que o tempo necessário para a execução de tarefas domésticas limita o tempo disponível para desenvolver trabalho remunerado no mercado. Assim, o valor monetário deve representar o quanto um trabalhador não remunerado teria obtido no mercado de trabalho pelo mesmo tempo de trabalho investido no lar. Esse método pode ser interessante para um estudo da maximização da utilidade no nível micro de tomada de decisão, mas o conceito de custo de oportunidade não é compatível com os conceitos das Contas Nacionais, portanto não é recomendado para esse trabalho (EUROSTAT, 2003). Chadeau (1992) adverte que o problema central dessa abordagem é a diversidade de perfis de pessoas que realizam tarefas domésticas, que resultaria em diferentes valores para produtos similares. Além disso, a força tarefa da Eurostat (2003) questiona se o valor do custo de oportunidade de uma pessoa desempregada poderia ser nulo, uma vez que essa pessoa não está sacrificando um tempo de trabalho remunerado.

O método mais utilizado é, portanto, do custo de substituição. Por essa abordagem, estima-se o valor do TDNR a partir do salário por hora de pessoas envolvidas em atividades semelhantes no mercado. Como apontado anteriormente, o problema central desse método é que não há, no mercado, mão de obra equivalente. Para contornar essa dificuldade, são apresentadas três opções de salários: de trabalhadores especializados em empresas do mercado, de trabalhadores especializados em casa ou dos trabalhadores generalistas (EUROSTAT, 2003).

Optando pelo salário pago no mercado ao trabalhador especializado empregado em empresas, assume-se que os membros da unidade familiar e os trabalhadores do mercado são igualmente produtivos. Assim, atribui-se, por exemplo, a uma pessoa que dedica uma hora preparando uma refeição para sua família, o salário por hora de um cozinheiro em um restaurante. Os salários de trabalhadores

especializados consideram que o trabalho no lar exige um nível de repetição de atividade que se equipara a uma especialização. Em contrapartida, as dificuldades começam quando se argumenta que as condições de trabalho nas empresas de mercado são diferentes das que prevalecem no lar - não apenas a produção é organizada de maneira diferente, mas no trabalho doméstico é comum que várias tarefas sejam executadas simultaneamente, o que tem impacto na produtividade do trabalhador.

Aproximando as condições de trabalho, na segunda alternativa sugerida, pode-se estimar o valor do TDNR comparando este com o trabalho especializado contratado para ser realizado dentro do domicílio. Por exemplo, serviços de um trabalhador especializado que vai trabalhar como faxineiro na casa de quem o contratou. Ainda assim, a produtividade não é equivalente à do TDNR, pois esses trabalhadores contratados se concentram apenas na sua tarefa e não nas necessidades gerais da casa. Outra desvantagem dessa abordagem é que não há trabalhadores que executem todas as atividades realizadas pelas famílias – por exemplo, atividades administrativas.

Uma terceira abordagem apresentada utiliza os salários dos trabalhadores generalistas, que são os salários pagos ao trabalhador que é contratado para realizar todas as tarefas que o funcionamento normal da casa requer. A hipótese desta abordagem é que os membros da unidade familiar e os empregados domésticos são igualmente produtivos na execução das tarefas. No entanto, nem todas as necessidades da casa são supridas, particularmente aquelas relacionadas à administração do lar, planejamento e coordenação de atividades, manutenção e reparação da habitação e manutenção de veículos (INEGI, 2017).

O relatório da Eurostat (2003) apresenta resultados de uma análise dos salários utilizados para valorar o TDNR a partir do método do custo de substituição e defende que a base mais apropriada para avaliar o trabalho doméstico é o salário generalista. As vantagens dessa abordagem são:

- A. As condições de trabalho são semelhantes às do trabalho doméstico e inclui a simultaneidade de atividades;
- B. O conteúdo do trabalho é muito próximo ao do trabalho doméstico;
- C. O método de avaliação é simples e direto.

Entretanto, os membros da força tarefa da Eurostat expressam preocupação quanto à fonte de dados sobre o emprego doméstico, visto que nem sempre estão

disponíveis devido a problemas relacionados à compilação de estatísticas sobre essas ocupações. Além disso, a Eurostat (2003) recomenda que o conceito de hora de trabalho utilizado para o cálculo do TDNR deve incluir feriados, licenças médicas e intervalos diários, etc.

Após escolher o método dos custos, quais custos utilizar e quais salários, os pesquisadores devem se questionar entre usar valores brutos ou líquidos. A Eurostat (2003) apresenta duas hipóteses básicas: (i) ao comprar os serviços no mercado, as famílias pagariam o salário bruto; (ii) considerando que as famílias ganham dinheiro produzindo os próprios serviços, o salário líquido seria mais apropriado, pois não teriam que pagar impostos ou contribuições para a previdência social. A conclusão exposta é que a escolha depende novamente do propósito da análise, mas que o salário bruto apresenta vantagens devido ao fácil acesso, visto que as estatísticas salariais se baseiam nesses salários, e os valores líquidos comparáveis geralmente não estão disponíveis. Entretanto, não há consenso internacional a respeito dessa questão. Muitos países, estimam o VTDNR utilizando tanto os salários brutos, quanto os líquidos.

Outra forma de mensurar a produção doméstica é por meio do método do produto, ou *output*. Essa abordagem se aproxima da metodologia do SCN, visto que as contas principais valoram a produção usando os preços de mercado como referência básica; inclusive, a produção de bens para autoconsumo das famílias é estimada assim. Utilizar esse método para os serviços, entretanto, não é tão simples, em razão da falta de informação sobre a produção de serviços não mercantis dentro do domicílio e da falta de equivalência de produto no mercado (EUROSTAT, 2003; ONS, 2002).

O ponto de partida da valoração da produção doméstica pelo método *output* é o conjunto de preços dos produtos equivalentes no mercado, que são cruzados com a quantidade de produtos gerados pelas famílias no domicílio. O primeiro passo para valorar os produtos por essa abordagem é definir o que é produzido pelas unidades familiares e como esses produtos se encaixam em cada função principal do TDNR. A fim de facilitar uma comparação significativa entre a produção de mercado e a doméstica, deve-se diferenciar as funções principais entre vários tipos de produtos (EUROSTAT, 2003). Além disso, há a possibilidade de ajustar o desequilíbrio de qualidade entre os produtos comercializados e os consumidos no lar. Por outro lado, conforme proposto pela metodologia da CSTDNR produzida no Reino Unido (ONS,

2002), pode-se assumir o pressuposto de que a qualidade dos produtos encontrada no mercado é a mesma que a encontrada na unidade familiar, visto que esse ajuste exigiria um exercício extremamente intensivo (EUROSTAT 2003).

O relatório produzido pela Eurostat não se aprofunda na análise do método do produto, mas, após uma breve introdução, aponta vantagens e desvantagens dessa abordagem. O método do produto evita a necessidade de considerar o tratamento de atividades simultâneas, permitindo que os produtos de atividades de produção conjunta sejam avaliados separadamente. Assim, por exemplo, mesmo quando o fornecimento de refeição foi feito simultaneamente ao de lavanderia, a abordagem do *output* considera os dois produtos, visto que cada um deles seria cobrado separadamente se fornecido pelo mercado. Sendo vantajoso, primeiro, por se aproximar do restante das Contas Nacionais, e, segundo, por apresentar efetivamente a produtividade das famílias (ONS, 2002).

As desvantagens do método do produto são resultantes da falta de equivalência de produtos no mercado. Uma valoração confiável exigiria uma grande desagregação das funções principais, o que requer fontes de dados incomuns em grande parte dos países. Além disso, sem discutir o método do produto internacionalmente, a valoração da produção doméstica pode apresentar grandes disparidades entre os países e prejudicar comparações internacionais (EUROSTAT, 2003).

Esta seção apresentou formas de mensurar o TDNR e de integrá-lo com as contas principais do SCN, não sendo, entretanto, uma recomendação final da forma de cálculo da CSTDNR. Os métodos estudados aqui, dos custos e do produto, são complementares e representam diferentes visões do mesmo fenômeno social e econômico. A decisão dos países em optar por uma das abordagens depende do interesse analítico e dos recursos e estatísticas disponíveis. No entanto, qualquer que seja a metodologia abordada, o considerável número de trabalhos de pesquisa e de experiências de criação de contas satélites do TDNR reflete o reconhecimento da relevância da produção das famílias para seu consumo próprio para a contabilidade nacional (UN *et al.*, 2009). No próximo capítulo, serão analisadas as metodologias de institutos de estatística em quatro países selecionados que estimam o valor do trabalho doméstico não remunerado por meio de uma conta satélite.

4 EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS DOS PAÍSES SELECIONADOS

Este capítulo apresenta uma análise das metodologias elaboradas para a construção da conta satélite do trabalho doméstico não remunerado em cada país selecionado. Alguns dos países que realizam esse cálculo são: Finlândia, Colômbia, México, Reino Unido, França, Canadá, Estados Unidos, Espanha, Suíça, Uruguai e Alemanha. Respeitando os limites desta pesquisa, apenas os 4 primeiros países foram analisados. A seleção é em parte aleatória, mas também está relacionada às referências do relatório produzido pela Eurostat (2003). A primeira metodologia pesquisada aqui é a produzida pela Finlândia e foi selecionada, pois está baseada nas recomendações apresentada no capítulo anterior e levanta importantes questionamentos a metodologia da Eurostat.

A seguir são analisadas as metodologias elaboradas na Colômbia e no México. Esta escolha foi quase aleatória e impulsionada pelas ótimas metodologias e análises de gênero realizadas pelos países. O trabalho publicado pelo México, adicionalmente apresenta um vasto leque de subprodutos da pesquisa, incluindo o valor produzido pelo TDNR infantil e a evolução da produção doméstica nos últimos anos. Por fim, considera-se a metodologia do Reino Unido, que é fundamental para a compreensão das diferentes formas de calcular a produção do TDNR, sendo a única a apresentar o cálculo a partir do método do produto.

4.1 FINLÂNDIA

A primeira metodologia considerada aqui é a experiência elaborada na Finlândia, país que realiza, tradicionalmente, pesquisas que estimam o valor da produção doméstica. A Finlândia participou ativamente no desenvolvimento do relatório da Eurostat, publicado em 2003, e segue incentivando a construção de uma proposta harmonizada para a CSTDNR. A primeira conta satélite da produção doméstica do país foi desenvolvida em 2001 e, desde então, a Finlândia seguiu avançando nas pesquisas relacionadas ao TDNR e atualizando os valores de sua produção (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014). Será apresentada a seguir a experiência desenvolvida em 2006. Além de apresentar a conta satélite do TDNR de acordo com as recomendações do relatório da Eurostat, discute-se a metodologia indicada e os desafios de aplicá-la.

Em primeiro lugar, assim como o relatório da Eurostat (2003), o documento elaborado pela estatística finlandesa aborda a questão do método de valoração da produção doméstica. Note-se, preliminarmente, que o SCN adota o método do *output* para valorar a maior parte da produção coberta pelas contas principais. Dessa forma, a utilização de igual abordagem no tratamento da valoração da produção doméstica poderia ser tida como a mais adequada. Entretanto, buscando harmonizar as experiências entre países, a Finlândia descarta estimar o valor pelo método do produto, ou *output*. Esse posicionamento é tomado, pois, na prática, a coleta de dados necessários para essa abordagem é muito cara. Adicionalmente, as pesquisas de uso do tempo utilizadas na valoração pelo método de custos, embora também sejam caras, servem para diferentes propósitos além da CSTDNR e são realizadas em diversos países. Portanto, harmonizar os estudos da produção doméstica valorada através do método de custos é mais realista do que fazê-lo pela abordagem do produto (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

Para fornecer resultados comparáveis entre países, diversas discussões têm sido feitas a respeito da valoração do TDNR pelo método dos custos. O trabalho metodológico apresentado sobre a experiência da Finlândia analisa brevemente as vantagens e desvantagens dos métodos dos custos de oportunidade e de substituição, tanto pela abordagem generalista, quanto pela especialista. Considerando as informações publicadas no relatório da Eurostat, os pesquisadores finlandeses não se aprofundam no método do custo de oportunidade, apenas esclarecendo que tal método não é adequado para o desenvolvimento de contas satélites (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

O custo de substituição pode ser utilizado com base em salários de generalistas ou de especialistas. O uso do salário dos generalistas é uma maneira mais fácil de calcular o valor, pois inclui quase todas as funções do TDNR. De outra parte, o uso de salários de trabalhadores especializados precisa de mais decisões sobre como definir a função das horas dedicadas ao trabalho feito em casa. O grupo de pesquisa que elaborou a metodologia para a CSTDNR da Finlândia analisa resultados de experiências de outros países, concluindo que as estimativas produzidas a partir dos custos generalistas e especialistas são muito próximas; assim, o aspecto essencial da decisão do método a ser aplicado são as informações e os recursos disponíveis em cada país (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014). A Finlândia tem estatísticas salariais disponíveis para estimar o valor do TDNR de acordo com os salários de

generalistas, utilizando a remuneração média da ocupação *municipal housekeepers/home helpers*, a qual é encontrada na *International Statistical Classification of Occupations*² (ISCO) na categoria 51331³ (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

Para o cálculo da produção doméstica, é necessário eleger o salário será considerado – se bruto ou líquido –, de forma a torná-lo compatível com a metodologia do SCN. A valoração calculada na Finlândia utiliza os salários brutos. Como não há consenso na literatura a respeito de qual salário usar, ao realizar comparações internacionais, esse aspecto deve ser considerado.

A metodologia finlandesa tem como objetivo calcular o valor total da produção doméstica, não apenas o valor adicionado do TDNR; portanto, também são considerados os impostos, os subsídios, o consumo intermediário e o consumo de capital fixo. Para calcular o valor do TDNR, são considerados os salários por hora dos empregados generalistas extraídos das estatísticas locais. Para a realização dos cálculos, são usados salários brutos sem as contribuições sociais do empregador. No resultado final, são somados os impostos sobre a produção, que os incluem impostos sobre veículos e sobre a propriedade pagos pelas famílias, sendo subtraídos os subsídios, como o *child homecare allowance* e o *family nursing support* que são pagos às famílias que cuidam de bebês e crianças pequenas em casa. Dados sobre impostos e subsídios são extraídos da *Financial Statement of Central Government* e dos registros do *Social Insurance Institution* (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

Nessa estimativa, o consumo de bens e serviços foi dividido em três grupos: os utilizados diretamente para consumo final; aqueles utilizados como bens intermediários de consumo; e aqueles utilizados como bens de capital na produção doméstica (bens duráveis). Esses valores foram extraídos de Contas Nacionais e adaptados a um nível mais detalhado, de acordo com o *Household Budget Survey Data*. O maior obstáculo enfrentado pelos pesquisadores finlandeses refere-se ao serviço de habitação para o consumo próprio dos proprietários, tendo em vista o questionamento sobre a possibilidade dessa função ser registrada como consumo

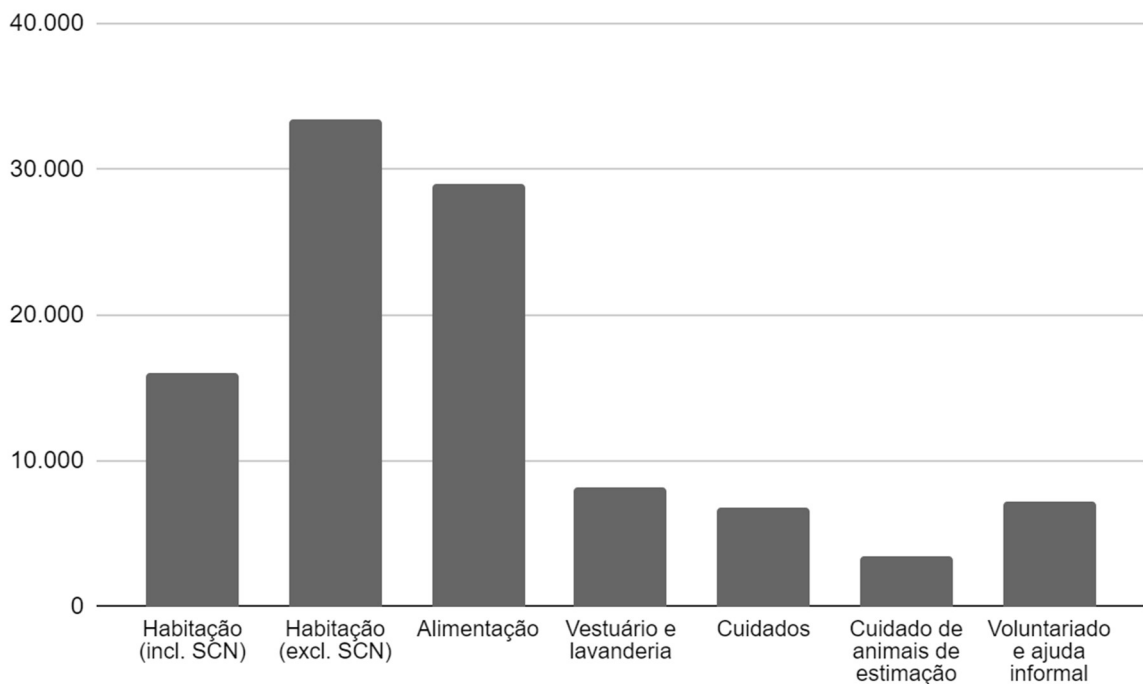
² A *International Statistical Classification of Occupations* (ISCO), ou Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) classifica as ocupações conforme as atividades que são exercidas em cada função. Está sob responsabilidade da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e é usada em grande parte dos países. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) usa a ISCO como referência para descrever e ordenar as ocupações brasileiras.

³ As categoria 3221,5152 e 5322 também podem ser referência para a ocupação generalista na valoração do TDNR.

intermediário de outras funções principais. Entretanto, nos resultados apresentados aqui, esse serviço foi tratado como uma despesa de consumo final, por razões práticas (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014).

De acordo com a CSTDNR, o valor agregado bruto da produção familiar na Finlândia totalizou EUR 75 bilhões em 2006. Deste montante, as Contas Nacionais reconhecem EUR 9,4 bilhões, principalmente derivados da produção de serviços de habitações ocupadas por seus proprietários. A produção excluída soma um total de EUR 65,6 bilhões e corresponde a 39% do PIB do país. Se a contabilidade nacional reconhecesse os serviços produzidos e consumidos pelas famílias, o autoconsumo nessas unidades seria 55% superior ao contabilizado no SCN (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014). O Gráfico 1 apresenta os resultados encontrados pelo grupo de pesquisa da Finlândia:

Gráfico 1 - Valor da produção do TDNR por função principal, Finlândia, 2006 (em milhões de euros)



Fonte: Varjonen; Aalto, 2010 *apud* Varjonen; Hamunen; Soinne, 2014. Elaboração da autora.

Nota: valores incluem o valor agregado, o consumo intermediário e o consumo de capital fixo.

Os pesquisadores consideram que os serviços de cuidados somam um valor de produção reduzido comparativamente às outras atividades. Acreditam que ao se valorar o TDNR pelo método de custos, algumas atividades de cuidado, quando

realizadas simultaneamente a outras atividades primárias, foram deixadas de lado. Além disso, grande parte do cuidado infantil é terceirizado. Cerca de 82% das mulheres de 35 a 54 anos na Finlândia estavam empregadas em 2006 e seus filhos estavam em creches públicas disponíveis para todas as crianças abaixo da idade escolar. (VARJONEN; HAMUNEN; SOINNE, 2014). Para além, os resultados do país mostram que a maior parte do TDNR é realizado nos serviços de habitação e de alimentação.

Os pesquisadores finlandeses defendem que os estudos baseados na proposta metodológica da Eurostat devem progredir a fim de se alcançar uma recomendação final para a valoração do TDNR. Dessa forma, a existência de um método consensual para o cálculo da CSTDNR permitirá comparações internacionais mais fidedignas, ampliando os estudos sobre a produção doméstica.

4.2 COLÔMBIA

A necessidade de inclusão do trabalho doméstico não remunerado nas estatísticas colombianas foi estabelecida em 2010 pela Lei 1413. Em 2014, esse objetivo foi atingido com a publicação da *“Cuenta Satélite de la economía del cuidado: Fase 1 - valoración económica del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado”* do *Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)*⁴. Este documento resume a experiência da Colômbia na mensuração do trabalho reprodutivo produzido no país, apresentando os progressos metodológicos dos estudos do quadro conceitual da CSTDNR.

A economia do cuidado refere-se ao trabalho não remunerado realizado pelas famílias dentro do domicílio, relacionado à manutenção da moradia, ao cuidado de outras pessoas da casa ou da comunidade e à manutenção da força de trabalho remunerada, ou seja, refere-se ao trabalho doméstico não remunerado (DANE, 2014). Nesse contexto, o cuidado é definido como *“el conjunto de actividades que se realizan y las relaciones que se entablan para satisfacer las necesidades materiales y emocionales de niños, niñas y adultos”* (DALY; LEWIS, 2000 *apud* DANE, 2014, p. 5). O documento produzido pelo departamento estatístico da Colômbia ressalta a

⁴ A fase 2 - Conta de produção e renda do TDNR também foi desenvolvida, mas não é objeto deste estudo.

importância desse estudo para compreender a magnitude da contribuição de homens e mulheres para o desenvolvimento econômico e social do país, entendendo que os resultados se constituem em ferramenta fundamental para a definição e implementação de políticas públicas. Isso porque as atividades de prestação de cuidado, pagas ou não, são realizadas principalmente por mulheres, e essa característica reforça as desigualdades entre os gêneros.

A pesquisa realizada pelo DANE determina o marco metodológico e os produtos que serão mensurados na CSTDNR. De acordo com o SCN de 2008, os serviços resultam de uma atividade produtiva que altera as condições das unidades que os consomem. Os serviços podem gerar mudanças na condição dos bens de consumo, com um serviço de limpeza, por exemplo; na condição física das pessoas, por meio de um tratamento médico ou serviços de transporte; e na condição mental das pessoas, fornecendo educação ou informação (DANE, 2014).

Os serviços domésticos relacionados à reprodução dos indivíduos atendem a essa definição. Os serviços de manutenção do lar, alimentação e vestuário mudam a condição dos bens de consumo; o transporte de membros da família, o fornecimento de medicamentos ou o banho de crianças pequenas, proporcionam mudanças nos aspectos físicos; o apoio aos membros da unidade familiar, por exemplo, brincando com crianças, ajudando nas tarefas de casa, etc., implicam mudanças na condição mental das pessoas. O relatório ainda diferencia os cuidados indiretos ou atividades que mudam as condições dos bens, dos cuidados diretos, que envolvem o desenvolvimento de um relacionamento interpessoal e lidam com os aspectos físicos e mentais dos membros da família (DANE, 2014).

Nesta fase da construção da Conta Satélite da Economia do Cuidado, é apresentada a valoração econômica do TDNR, aspecto crucial sem o qual não se poderia elaborar as contas de produção. O DANE baseia essa valoração no método *input*, assumindo que o valor da produção pode ser calculado pela soma dos custos, em particular, do custo da mão de obra. Para mensurar o TDNR, portanto, é necessário conhecer o volume de horas alocadas para este tipo de trabalho, em um ano, e o preço dado a esse trabalho (DANE, 2014).

A *Encuesta Nacional de Uso del Tiempo* (ENUT) foi desenvolvida pelo DANE com o objetivo de gerar informações sobre o tempo dedicado ao trabalho remunerado, ao não remunerado e a atividades pessoais, de acordo com as disposições da Lei 1413 de 2010. A coleta de informação da ENUT é feita por meio de um questionário,

composto por uma lista exaustiva de atividades, que de forma analítica relaciona 91 atividades. A ENUT classifica o trabalho doméstico não remunerado em seis funções, de acordo com o tipo de serviço que é prestado (DANE, 2014):

- A. alimentação;
- B. manutenção e limpeza de roupas;
- C. limpeza e manutenção do lar;
- D. compras e administração do lar;
- E. cuidado e apoio dos membros da família;
- F. trabalho voluntário.

O departamento estatístico estuda a questão dos salários que precificam a valoração do TDNR, como é apresentado no relatório da Eurostat, optando pelo custo de substituição, em detrimento do custo de oportunidade. Essa abordagem consiste em selecionar o salário médio pago por hora de trabalho de pessoas que realizam atividades similares no mercado de trabalho, supondo que esse seria o custo que as famílias teriam para contratar serviços de mercado para substituir o trabalho doméstico e de cuidados não pago. O desafio metodológico é, portanto, encontrar ocupações que prestam serviços, de forma remunerada, para cada uma das funções identificadas acima (DANE, 2014).

O trabalho metodológico desenvolvido na Colômbia calcula o VTDNR pelo método do custo de substituição tanto a partir dos salários de generalistas, quanto dos salários específicos; e ainda a partir de uma combinação dos salários de acordo com sua função. Ao calcular o salário médio do trabalho doméstico remunerado partindo dos salários generalistas, são analisadas atividades semelhantes ao do TDNR, como de “limpiadores y asistentes domésticos”, segundo a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO). Ao utilizar salários de trabalhadores especializados, procuram-se ocupações semelhantes para cada uma das atividades pesquisadas pela ENUT. O Quadro 1 descreve as ocupações selecionadas de acordo com a CIUO 2008.

Quadro 1 - Ocupações especializadas selecionadas para avaliar o trabalho doméstico não remunerado, por função

| Funções do TDNR | Ocupações especializadas (CIUO) |
|--|--|
| Alimentação | Cozinheiros, assistentes de cozinha, garçons |
| Manutenção e limpeza de roupas | Lavadeiras, alfaiates, sapateiros |
| Limpeza e manutenção do lar | Faxineiros, cuidadores de animais, lavadores de carros, jardineiros, trabalhadores da construção civil, marceneiros, mecânicos e reparadores veículos motorizados e eletrônicos. |
| Compras e administração do lar | Faxineiros, colecionadores, agentes imobiliários, motoristas, mensageiros. |
| Cuidado e apoio dos membros da família | Cuidadores de crianças, trabalhadores de cuidados pessoal, professores, profissionais de enfermagem. |
| Trabalho voluntário | Cozinheiros, faxineiros, lavadeiras, cuidadores, professores, jardineiros, motoristas, profissionais e assistentes sociais. |

Fonte: DANE (2014). Elaboração da autora.

Uma terceira alternativa, denominada de híbrida, utiliza os salários de generalistas para atividades indiretas e os salários especializados para atividades de cuidados diretos. As informações sobre os salários pagos a trabalhadores que realizam serviços doméstico ao mercado é extraída da *Gran Encuesta Integrada de Hogares* (GEIH), instrumento estatístico que analisa o mercado de trabalho colombiano.

Além dos resultados principais, o relatório DANE contém outros dados, como aqueles que foram utilizados no cálculo do valor do TDNR. A pesquisa de uso do tempo é compilada de forma que se faça possível uma análise da divisão de horas em cada atividade por gênero, o que amplia significativamente o escopo do estudo do TDNR. A Tabela 1 abaixo apresenta o número de horas de TDNR por função, classificando também por gênero, resultado da pesquisa da ENUT.

Tabela 1 - Horas de trabalho doméstico e não remunerado (TDNR) realizadas em doze meses, por função e por sexo, Colômbia, 2012-2013

| Função do TDNR | Homens | Mulheres | Total | TDNR função/ TDNR total | TDNR das mulheres/ TDNR função |
|--|-----------------------|----------|--------|----------------------------|--------------------------------------|
| | (em milhões de horas) | | | | |
| Alimentação | 1.376 | 10.766 | 12.142 | 35% | 89% |
| Manutenção e limpeza de roupas | 418 | 3.597 | 4.015 | 12% | 90% |
| Limpeza e manutenção do lar | 2.063 | 6.139 | 8.202 | 24% | 75% |
| Compras e administração do lar | 1.711 | 2.132 | 3.843 | 11% | 55% |
| Cuidado e apoio dos membros da família | 1.369 | 4.406 | 5.775 | 17% | 76% |
| Trabalho voluntário | 228 | 548 | 776 | 2% | 71% |
| Total de horas de TDNR | 7.165 | 27.588 | 34.754 | 100% | 79% |

Fonte: DANE (2014); ENUT (2012 - 2013). Elaboração da autora.

A Tabela 2 apresenta os salários pagos por hora e por função aos trabalhadores que exercem atividades similares às do TDNR. Como pode ser observado, os serviços de manutenção e limpeza de roupas recebem, no mercado, os maiores salários, enquanto as atividades relacionadas à alimentação recebem em média os menores. O salário pago pela atividade de limpeza e assistência doméstica, que é utilizado como base para o cálculo pela abordagem generalista, é de \$ 3.691,00 pesos colombianos por hora. Vale ressaltar, que o salário mínimo na Colômbia, em 2012, foi de \$ 3.373,00 pesos por hora, menor do que todos os salários horários recebidos nas funções do TDNR (DANE, 2014).

Tabela 2 - Salário médio por hora por ocupações segundo as funções do trabalho doméstico não remunerado (TDNR), Colômbia, 2012 (em pesos)

| Função do TDNR | Salário por hora | Relação salário-hora/ salário mínimo |
|--|-------------------------|---|
| Alimentação | 3.418,00 | 1,01 |
| Manutenção e limpeza de roupas | 6.660,00 | 1,97 |
| Limpeza e manutenção do lar | 3.644,00 | 1,08 |
| Compras e administração do lar | 3.712,00 | 1,10 |
| Cuidado e apoio dos membros da família | 3.425,00 | 1,02 |
| Trabalho voluntário | 4.315,00 | 1,28 |

Fonte: DANE (2014); GEIH (2012). Elaboração da autora.

Cruzando o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico e os custos de substituição, considerando tanto os salários generalistas, quanto os especializados, o DANE obtêm os seguintes resultados: a preços de 2012, a produção do TDNR na Colômbia equivale a 19,3% do PIB do mesmo ano, utilizando o método de substituição de custos generalistas, ao passo que, quando se considera os salários especializados, o TDNR corresponde a 20,4% do valor incluído na fronteira de produção. Pela abordagem híbrida, o valor do TDNR corresponde a 19,1% do PIB. A diferença entre os métodos utilizados não é muito significativa e, como explicado pelo DANE, resulta dos baixos salários pagos no mercado para contratar serviços de prestação de cuidado direto, como mostra a Tabela 2.

A Tabela 3 apresenta a contribuição de homens e mulheres na produção doméstica, por função, com base no método de substituição dos custos especializados.

Tabela 3 - Valor do trabalho doméstico não remunerado (TDNR) por sexo, segundo o método de substituição dos custos especializados, Colômbia, 2012

| Funções do TDNR | Homens | Mulheres | Total | Percentual |
|--|-----------------------------------|--------------|--------------|------------|
| | (em bilhões de pesos colombianos) | | | |
| Alimentação | 4.677 | 36.826 | 41.503 | 31% |
| Manutenção e limpeza de roupas | 2.796 | 23.947 | 26.743 | 20% |
| Limpeza e manutenção do lar | 7.503 | 22.381 | 29.884 | 22% |
| Compras e administração do lar | 6.312 | 7.953 | 14.265 | 10% |
| Cuidado e apoio dos membros da família | 4.666 | 15.456 | 20.122 | 15% |
| Trabalho voluntário | 1.185 | 2.165 | 3.350 | 2% |
| Total do TDNR | 27.139 | 108.727 | 135.866 | 100% |
| TDNR em relação ao PIB | 4,1% | 16,3% | 20,4% | |

Fonte: DANE (2014). Elaborado pela autora.

O TDNR corresponde a 20,4% do PIB do país em 2012, sendo que o trabalho das mulheres compôs 80% desse montante, ou 16,3% do PIB. A função “alimentação” representa 30,5% do total do TDNR, apesar dos menores salários de mercado. Observe-se também a concentração das mulheres no desempenho dessa função. Os homens contribuem principalmente para a manutenção e limpeza da casa, embora esse valor represente apenas um terço do valor do trabalho realizado pelas mulheres nessa mesma funcionalidade.

Os resultados da *Cuenta Satélite de la economía del cuidado* identificam o valor produzido pelas famílias de forma não remunerada, dimensionando a real contribuição desse setor para o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, permite avaliar a magnitude do valor produzido pelas mulheres colombianas nessa atividade, que representa 16,3% do PIB e que, até então, não era mensurado. Esta medida constitui um avanço no reconhecimento do papel que o trabalho doméstico realizado pelas famílias cumpre no bem-estar da sociedade em geral e na distribuição desigual das tarefas entre mulheres e homens. O DANE estimula que a análise realizada na

elaboração da conta satélite contribua para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e o bem-estar da família.

4.3 MÉXICO

O trabalho metodológico realizado no México para calcular a CSTDNR apresenta a importância econômica do estudo do TDNR:

El papel que ha cumplido el hogar en la producción de bienes y la prestación de servicios necesarios para garantizar la reproducción social de sus miembros, tiene un aporte fundamental en el bienestar de la población, sin embargo su importancia generalmente pasa desapercibida por la sociedad (INEGI, 2017a, p. 47).

A conta satélite do trabalho não remunerado realizado pelas famílias mexicanas foi conduzida pelo *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI) e tem como objetivo principal a valoração do TDNR na produção de bens e serviços destinados a satisfazer as necessidades dos integrantes da unidade familiar. Essa valoração permite mensurar a contribuição efetiva das famílias à economia nacional, ao elaborar uma conta satélite do trabalho doméstico não remunerado.

Em 1995, a questão da divisão sexual do trabalho ganhou importância na *Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer*, onde foi recomendado que organizações internacionais e governos produzissem estatísticas desagregadas por sexo, bem como coletassem informações sobre questões de gênero ligadas à pobreza, à violência contra as mulheres e ao uso do tempo. A partir de tais diretrizes, o INEGI elaborou sua primeira estimativa do TDNR, aproveitando a disponibilidade de dados de 1996 sobre o uso do tempo. Posteriormente, foram realizados outros exercícios com as informações da *Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo* (ENUT) e da *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares* (ENIGH).

O trabalho sistematizado aqui é aquele produzido pelo instituto de estatística mexicana em 2017, onde apresenta um conjunto de diretrizes para o cálculo do valor da produção doméstica nacional, com o objetivo de registrá-la nas contas nacionais e, assim, facilitar a comparação internacional. O pressuposto que embasa o estudo é o reconhecimento da importância de avaliar a produção doméstica, relacionando-a ao

SCN e transformando-a em ferramenta fundamental para a tomada de decisões nos setores público e privado. Para tanto, o INEGI assume que o valor da produção doméstica é igual ao valor do TDNR, conseqüentemente, a conta de produção registra apenas esse componente.

Uma característica dos bens e serviços medidos no SCN é que eles são ofertados no mercado por meio de transações monetárias ou disponibilizados gratuitamente para outras unidades. Para medir a produção de bens e serviços que não são transacionados no mercado, o SCN recomenda o método dos custos, ou *input*, somando os custos de produção, o que inclui a remuneração paga no mercado aos empregados, os impostos, o consumo intermediário e o consumo de capital fixo (INEGI, 2017a). Os serviços domésticos produzidos sem remuneração pelas famílias são excluídos do SCN. Ao ampliar a fronteira de produção, a CSTDNR passa a incluir atividades como lavar roupa, preparar refeições, cuidar de crianças, doentes ou idosos, dentre outras, fazendo-se necessário calcular o valor da produção dessas atividades. Esse é o objetivo central da pesquisa do INEGI, qual seja, apresentar a metodologia necessária para valorar a produção das atividades domésticas e de cuidados que os membros das famílias mexicanas realizaram gratuitamente para compreender a magnitude da contribuição das famílias para a economia nacional (INEGI, 2017a).

A produção doméstica refere-se a tarefas domésticas e de cuidados realizados por membros da unidade familiar, combinando o seu trabalho não remunerado com insumos. Seguindo recomendações internacionais, o INEGI estima o valor dessa produção doméstica, com base no método dos custos. O valor do TDNR agregado na conta satélite mexicana também inclui a assistência a outras unidades familiares, bem como o trabalho voluntário. As atividades produtivas são definidas com base no critério da terceira pessoa, introduzido por Margaret Reid, que considera uma atividade como produtiva se puder ser delegada a outra pessoa; isto é, se o produto ou serviço que possa ser trocado (INEGI, 2017a). De acordo com esse critério, atividades que não são produtivas em um sentido econômico incluem atividades humanas básicas, como comer, beber, dormir e fazer exercícios, entre outras, as quais não são incluídas no cálculo da produção doméstica. O agrupamento dessas atividades produtivas deriva da *Clasificación Mexicana de Actividades de Uso del Tiempo* (CMAUT) de 2014. As atividades que compõem a produção doméstica são as seguintes:

A. Fornecer alimentação;

- B. Fornecer limpeza e manutenção do domicílio;
- C. Fornecer limpeza e cuidado de roupas e calçados;
- D. Fornecimento de compras e administração em casa;
- E. Fornecer cuidado e apoio aos membros da família;
- F. Fornecer ajuda a outras famílias e trabalho voluntário.

Novamente, seguindo as recomendações internacionais que sugerem o método *input* para a estimação do TDNR e a elaboração de uma conta satélite, o INEGI preferiu o método dos custos de substituição em vez dos custos de oportunidade. Esse tipo de abordagem pressupõe que os membros da família poupam dinheiro ao realizarem trabalhos domésticos não remunerados em vez de comprar bens e serviços no mercado. Para estimar o valor do TDNR, portanto, utiliza-se o salário por hora de pessoas envolvidas em atividades semelhantes no mercado.

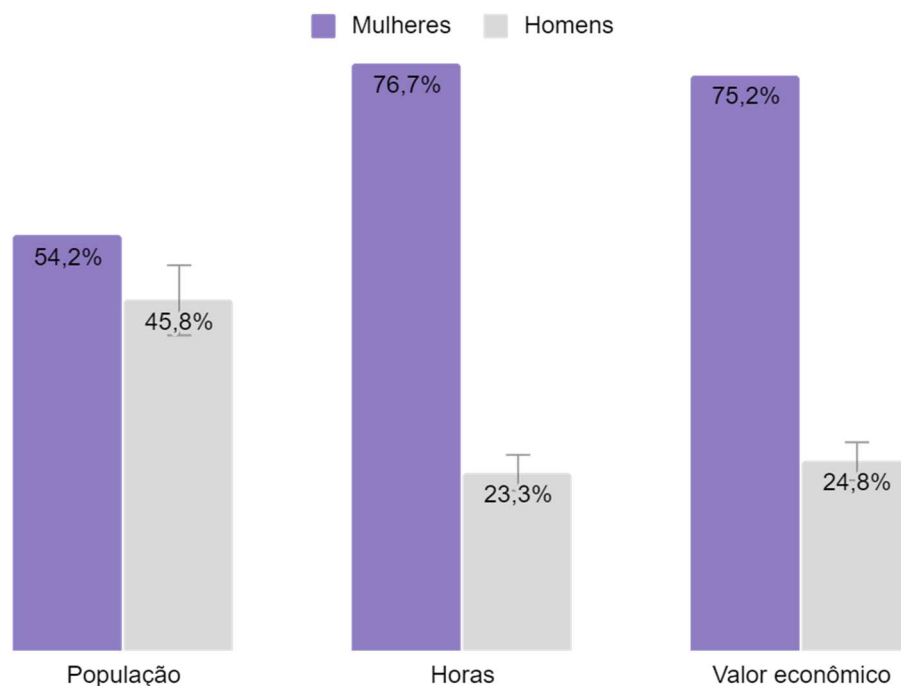
O INEGI calcula o TDNR a partir dos custos de substituição por função individual equivalente. Este método atribui salários diferentes para atividades diferentes, e pressupõe que os membros da unidade familiar e os trabalhadores especializados do mercado são igualmente produtivos. A cada hora trabalhada em casa nas atividades necessárias para preparar a janta de uma família, por exemplo, será atribuído o salário pago a um cozinheiro por uma hora de trabalho. Da mesma forma, o valor das atividades de limpeza e cuidado de roupas é estimado por similaridade ao serviço de uma lavadeira paga, e assim por diante. Os obstáculos encontrados nessa abordagem estão relacionados ao fato de que esses trabalhadores remunerados estão engajados em uma única atividade e não realizam diversos serviços simultaneamente, como ocorre com os membros da família. Além disso, os preços das atividades do mercado contemplam uma margem de lucro, o que não se aplica no cenário familiar (INEGI, 2017a).

O método de substituição de custos generalistas atribui às horas trabalhadas nos afazeres da casa o custo médio de contratação de um empregado doméstico. O INEGI faz uso dessa abordagem para valorar o TDNR realizado por crianças de 5 a 17 anos. A *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo* (ENOE) apresenta um módulo de trabalho infantil que oferece informações sobre as características sociodemográficas e ocupacionais da população de 5 a 17 anos que realiza alguma atividade econômica, doméstica ou escolar. Esta fonte de informação permite identificar o total de atividades produtivas relacionadas ao lar e aos cuidados que são realizadas pelas crianças (INEGI, 2017a).

Além da *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo* (ENOE), que oferece informações sobre as características ocupacionais da população em todo o país, o sistema de Contas Nacionais do México (SCNM) e a *Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo* (ENUT) são fontes de dados fundamentais para a construção da CSTDNR do México.

O INEGI apresenta os resultados dessa metodologia na *Cuenta Satélite del Trabajo No Remunerado de los Hogares de México* (2017b). Em 2017, o valor produzido pelo TDNR atingiu 5,1 trilhões de pesos mexicanos, o que representou 23,3% do PIB do país. A maior parte do trabalho doméstico foi feito pelas mulheres, conforme o Gráfico 2, que evidencia a distribuição do TDNR entre os sexos, considerando a população, as horas trabalhadas e o valor produzido dentro do domicílio.

Gráfico 2 - Distribuição do trabalho doméstico não remunerado de acordo com o sexo, México, 2017



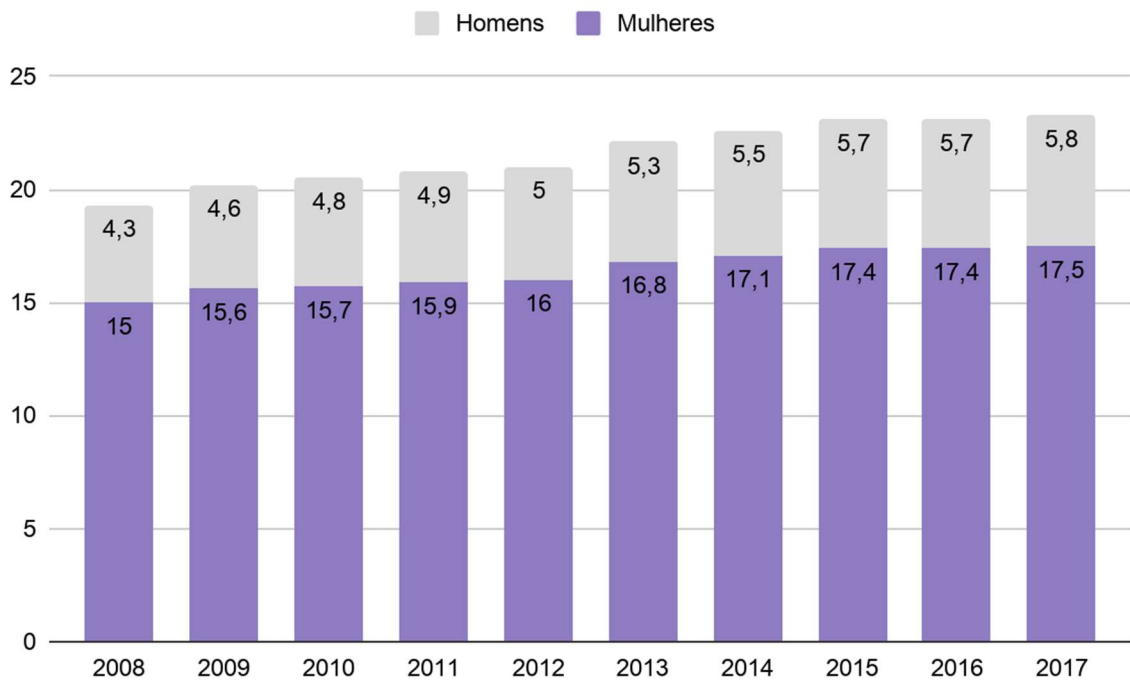
Fonte: INEGI (2017b). Elaboração da autora.

Segundo os dados do INEGI (2017b), 54,2% da população que executa tarefas domésticas sem remuneração são mulheres. Elas são responsáveis por 76,7% do tempo gasto pelas famílias nessas atividades; e produzem 75,2% do valor do TDNR.

No México, os serviços doméstico e de cuidados correspondem a 92,8% da produção doméstica, sendo que o restante diz respeito a produção de bens de

autoconsumo (6,2%) e a serviços realizados por crianças de 5 a 11 anos (1,0%). O valor dos serviços domésticos produzidos anualmente foi estimado pelo INEGI para o período de 2008 a 2017, relacionando-o ao PIB e decompondo o valor produzido por homens e mulheres, como mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 - Evolução do valor do trabalho doméstico não remunerado das famílias, México, 2008-2017
(em porcentagem do PIB)



Fonte: INEGI (2017b). Elaboração da autora.

Como visto no gráfico acima, a produção do TDNR no México, em 2017, atingiu um valor equivalente a 23,3% do PIB, sendo que 75% desse valor foi produzido pelas mulheres. Ao decompor a produção por suas funções há uma concentração de produção de valor na atividade relacionada ao cuidado e apoio de membros da família, que corresponde a 7,4% do valor do PIB; seguido do fornecimento de alimento com 4,6%, como mostra a tabela 4:

Tabela 4 - Valor do trabalho doméstico não remunerado em relação ao PIB, por função, México, 2017

| Função do TDNR | TDNR/PIB |
|--|-----------------|
| Alimentação | 4,6% |
| Manutenção e limpeza de roupas | 1,7% |
| Limpeza e manutenção do lar | 4,4% |
| Compras e administração do lar | 2,5% |
| Cuidado e apoio dos membros da família | 7,4% |
| Trabalho voluntário | 2,6% |
| Total de TDNR | 23,3% |

Fonte: INEGI, 2017b. Elaboração da autora.

4.4 REINO UNIDO

Esta seção dedica-se à análise da *Household satellite account: (experimental) methodology*, publicada pelo *Office for National Statistics* (ONS) em 2002, e seus resultados publicados em 2018 no artigo *Household satellite account, UK: 2015 and 2016*. A metodologia do Reino Unido se destaca dentre os outros trabalhos, pois é a única que utiliza o método do produto para estimar o valor da produção doméstica. A abordagem do produto, ou output, valora sua estimativa a partir dos bens e serviços que são gerados pelo TDNR.

A metodologia elaborada pelo ONS (2002) foi utilizada no primeiro cálculo do valor do TDNR no Reino Unido. Portanto, são usados os mesmos conceitos das contas nacionais convencionais e, apenas quando necessário, os pesquisadores procuraram usar diferentes fontes e incorporar diferentes métricas, bem como fornecer valor monetário (ONS, 2002). A estrutura do estudo está dividida em duas partes: em um primeiro momento apresenta-se uma discussão a respeito de questões gerais correlatas à medição e valoração do TDNR. Na sequência, são dedicados

capítulos específicos a cada função principal discutindo os produtos de cada função, os inputs e a metodologia utilizada na sua valoração.

Alternativamente à escolha da maioria dos países que apresentam essa medida, o Reino Unido valorou a produção doméstica a partir do método dos produtos. Tal abordagem se propõe a identificar a quantidade de cada produto gerado pelas famílias de forma não remunerada e seu valor se comprado no mercado. A escolha da metodologia deve-se à maior facilidade de valoração dos outputs do que de inputs, principalmente quando há um mercado equivalente para a provisão desses serviços. Além disso, essa mensuração é mais consistente com o modo com que o restante do SCN está construído e, adicionalmente, reflete a produtividade da unidade familiar.

Por fim, mas não menos importante, o ONS (2002) defende que a valoração da produção doméstica a partir do método output responde satisfatoriamente às críticas quanto à viabilidade de cálculo dessa parcela da produção doméstica. Isso porque as argumentações contrárias à valoração do TDNR baseiam-se principalmente na dificuldade de se aplicar preços de mercado aos produtos domésticos, por três razões: (i) falta de informações sobre a variação de qualidade dos bens e serviços gerados no domicílios e no mercado; (ii) impossibilidade de separação entre atividades produtivas e de lazer do trabalho doméstico; e (iii) dificuldade em avaliar separadamente as atividades realizadas simultaneamente.

No relatório da Eurostat, como visto anteriormente, levanta-se a questão do ajuste de qualidade dos produtos, entretanto o ONS (2002) opta por não o realizar, pois um ajuste de qualidade pode ser complicado em um contexto de contas nacionais e não se faz necessário graças ao grau de desagregação utilizado na pesquisa. No mesmo sentido, a separação entre atividades produtivas e de lazer, assim como a imputação do valor de atividades realizadas simultaneamente não representam um problema para o método output, visto que é estimado um valor para cada produto, independente do nível de satisfação e do tempo de sua produção.

Ademais, o documento publicado pelo ONS (2002) sugere que o método do produto assegura compatibilidade com os procedimentos do SCN. O maior obstáculo enfrentado na valoração pelo método output é identificar o produto equivalente mais próximo no mercado. A solução para tal é desagregar a produção ao ponto que possibilite comparações sensíveis. Em outras palavras, é fundamental uma diferenciação suficientemente ampla entre os vários tipos de produtos, para realizar uma comparação significativa entre a provisão de mercado e doméstica. Esse

exercício, fundamental para o cálculo do TDNR, é também uma desvantagem do método output, visto que grande parte dos países não possui pesquisas suficiente para detalhar a produção a um nível tão desagregado.

O ONS (2002), visando abranger todos os produtos, divide o TDNR em sete funções:

- A. Habitação;
- B. Transporte;
- C. Nutrição;
- D. Vestimenta e serviços de lavanderia⁵;
- E. Cuidado infantil;
- F. Cuidado adulto;
- G. Atividade voluntária;

A função da habitação está relacionada, como proposto pela Eurostat (2003), a comprar ou alugar uma casa ou apartamento, mobiliá-lo e equipá-lo, limpá-lo, mantê-lo, repará-lo, etc. (ONS, 2002). O volume e valor desses serviços realizados pelas famílias são estimados, de acordo com o fornecimento de móveis e manutenções, como limpeza, jardinagem, provisão de utensílios, seguro de imóveis, etc. O preço equivalente encontrado no mercado deve, portanto, ser o custo do aluguel de acomodações mobiliadas e o valor da produção também deve incluir os custos da manutenção exigida. A construção de casas usando mão de obra doméstica não remunerada já está incluída nas Contas Nacionais e precisa ser movida para a conta satélite. Parte dos serviços de habitação são insumos para outras funções, como o cuidado de adultos em residências para idosos.

Na função transporte, foi analisada a distância total percorrida pelas unidades familiares, incluindo o transporte de carro, moto, bicicleta e outros veículos particulares, e a pé, e excluindo a viagem para o próprio bem, por exemplo, caminhar para exercício ou prazer. Para valorar essa função, como o objeto de análise são viagens de um ponto particular para outro, ou seja, *door to door*, utiliza-se um veículo de aluguel particular como equivalente mais próximo. Uma proporção da produção de serviços de transporte é insumo para outras funções principais, quando os preços de

⁵ Nos resultados analisados, esta função foi dividida entre vestimenta e lavanderia, resultando em oito função principais (ONS, 2018).

mercado utilizados para valorar outros produtos da conta satélite incluírem os custos de transporte (ONS, 2002).

O produto da função nutrição são as refeições, lanches, bebidas, etc. consumidas pelos membros da família, a atividade principal é a preparação de alimentos. Para precificar adequadamente cada produto dessa função, deve-se desagregar entre diferentes tipos e conteúdos prováveis. Evitando, assim, que um café da manhã não seja valorado ao mesmo preço de um jantar; um chá com torradas não seja calculado como um café da manhã completo; ou que a refeição de um adulto tenha o mesmo valor que de uma criança. Deve-se atentar para dupla contagem, visto que o custo de uma refeição comprada no mercado inclui o custo dos ingredientes, equipamentos, mão de obra, etc.

A função vestimenta e serviços de lavanderia é dividida entre a produção de vestuário pelas unidades familiares e os serviços de manutenção das roupas. Como há pouca informação sobre a produção de vestuário, são utilizados os números de consumo de lã, tecido e tricô para obter o valor da produção doméstica de roupas. Tanto o volume quanto o valor dos serviços de domicílios são estimados, considerando o número de domicílios no Reino Unido e assumindo que 10% de cada carga de lavagem é passada a ferro.

Como relacionado acima, uma das funções principais do TDNR, o cuidado, foi dividido em duas categorias: o cuidado de crianças e de adultos. O volume e o valor do cuidado doméstico de crianças são estimados usando informações sobre cuidados formais em grupos de recreação, creches, escolas, clubes e cuidadores pagos. Fornecer educação é conceitualmente diferente do cuidado, mas não é identificado separadamente nesta conta satélite. O valor dos cuidados infantis varia conforme a faixa etária da criança, bem como conforme diferentes momentos do dia e épocas do ano.

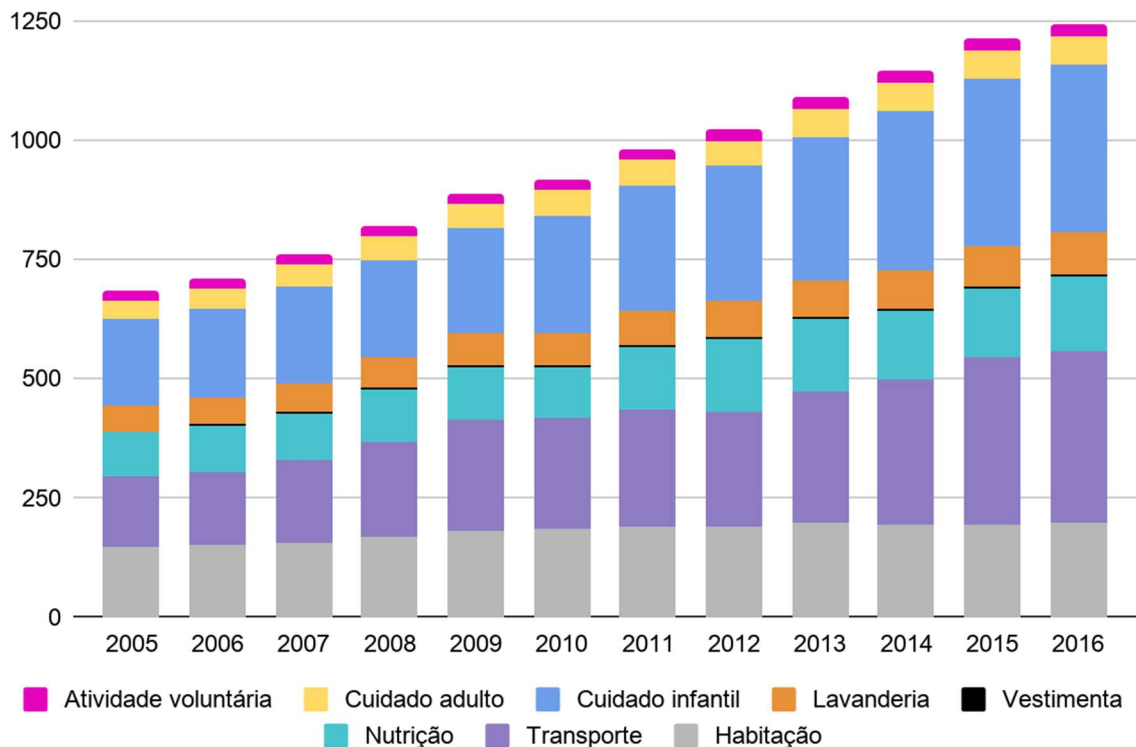
O valor dos serviços de cuidados de adultos prestados por famílias, amigos e vizinhos está relacionada ao volume de adultos que recebem esse atendimento. O volume deve ser categorizado conforme a quantidade, qualidade e regularidade do cuidado. Por exemplo, os serviços de cuidados podem variar entre um atendimento especializado, como medicar e trocar curativos, a fazer companhia a alguém ou fazer suas compras. Além disso, a quantidade e a frequência dos atendimentos prestados devem ser levadas em consideração, podendo variar de um atendimento contínuo a uma visita na semana.

Para calcular o valor produzido por atividades não remuneradas para ou em nome de uma organização voluntária deve-se utilizar o método dos custos, medindo as horas fornecidas pelas famílias, em vez das saídas produzidas pelos voluntários.

Além de valorar o produto do TDNR, deve-se identificar os recursos utilizados na produção de cada uma das funções, na forma de consumo intermediário, consumo de capital doméstico e trabalho. O trabalho é medido pela quantidade de tempo que as pessoas gastam na produção doméstica e pode ser medido por pesquisas de uso do tempo. O consumo intermediário é o valor do que as famílias compram para realizar o TDNR, incluindo, por exemplo, ingredientes de cozinha, sabão em pó, etc. O valor do consumo de capital doméstico diz respeito ao consumo de itens como máquinas de lavar louça, máquinas de lavar roupa, carros e habitações ocupadas pelos proprietários.

Baseando-se nessa metodologia, o ONS publica os resultados da conta satélite da produção doméstica britânica e a evolução do valor de 2005 a 2016. Os pesquisadores entendem que a mensuração do TDNR permite uma análise da relação recíproca entre o trabalho não remunerado e as escolhas econômicas que as pessoas fazem, sendo extremamente relevante ao considerar as mudanças demográficas do país (ONS, 2018). O gráfico 4 apresenta os resultados do valor da produção doméstica por função principal:

Gráfico 4 - Evolução do valor adicionado bruto da produção do TDNR por função, Reino Unido, 2005-2016 (em bilhões de libras)



Fonte: ONS, 2018. Elaboração da autora.

Os resultados encontrados pelo ONS (2018) indicam que em 2016, o valor do TDNR do Reino Unido foi estimado em £1,24 trilhão, correspondendo a 63,1% do PIB do mesmo ano. Os serviços de transporte não remunerados representaram a maior proporção deste total, equivalente a 28,8%; enquanto os serviços de cuidados infantis contribuíram com o segundo maior valor, 28,3%.

O ONS (2018) ressalta a importância de estudos do TDNR na contabilização do fornecimento de cuidados a adultos numa sociedade que está envelhecendo, como é o caso do Reino Unido, pois permite formular políticas que considerem como os serviços não remunerados de cuidados interagem com as escolhas do mercado de trabalho e até com a pobreza. Adicionalmente é possível analisar o impacto de políticas de previdência do Estado e de assistência infantil nas atividades relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado.

4.5 RESULTADOS

Para concluir este capítulo de análise das metodologias das CSTDNR dos países selecionados, essa seção reúne os principais resultados encontrados. O quadro 2 apresenta a síntese metodológica dos países examinados. Adicionalmente, o quadro destaca análises alternativas que foram desenvolvidas a partir do estudo do trabalho doméstico não remunerado.

Quadro 2- Metodologias utilizadas nos países analisados

| País | Metodologia | Custo | Valor bruto/ líquido | Subproduto da pesquisa |
|-------------|--------------------|--|---------------------------------|--|
| Finlândia | <i>input</i> | generalista | bruto | Análise por função do TDNR |
| Colômbia | <i>input</i> | generalista especialista híbrido | líquido | Análise por função do TDNR; Análise por gênero |
| México | <i>input</i> | especialista | líquido | Análise por função do TDNR; Análise por gênero; Análise do TDNR infantil; Evolução do valor do TDNR |
| Reino Unido | <i>output</i> | - | bruto | Análise por função; Evolução do valor do TDNR |

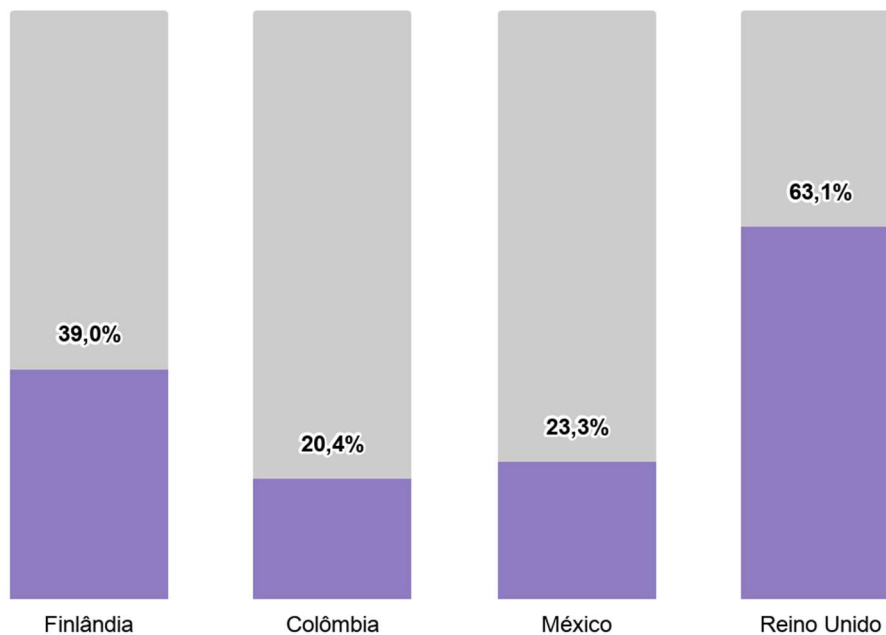
Elaboração da autora.

Muito embora deva ser reconhecido o esforço desses países em medir o TDNR, o quadro acima evidencia a disparidade dos métodos adotados e expõe a necessidade de que os estudos confluem à implementação de uma metodologia harmonizada que permita comparações internacionais.

Visando expressar a importância do TDNR, o gráfico 5 exhibe os resultados da estimação do valor da produção doméstica em relação ao PIB de cada país para o

ano em que a pesquisa foi desenvolvida: Finlândia, 2006; Colômbia⁶, 2012; México, 2017; e Reino Unido, 2016. Os resultados não podem, entretanto, ser comparados entre si, haja vista a diferenciação metodológica apontada.

Gráfico 5 - Participação do trabalho doméstico não remunerado no PIB de cada país selecionado



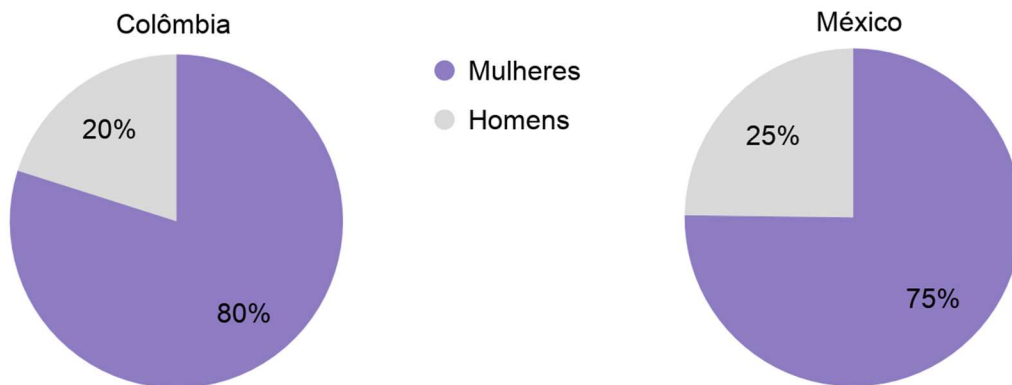
Fonte dos dados: Varjonen; Hamunen; Soinne, 2014; DANE, 2014; INEGI, 2017b; ONS, 2018. Elaboração da autora.

A Finlândia conclui que ao incluir o valor da produção doméstica excluído das contas nacionais no PIB, este aumentaria em 39%. O país alcança tais conclusões mensurando valorando o TDNR pelo método dos custos e incorporando o valor do consumo de capital fixo, consumo intermediário e impostos menos subsídios. O departamento estatístico mexicano entende que o valor do trabalho doméstico não remunerado capta a magnitude da produção doméstica, portanto o valor apresentado para o México corresponde apenas ao valor do TDNR em números líquidos e representa 23,3% do PIB. Da mesma forma, a Colômbia demonstra que a produção doméstica correspondeu a 20,4% do PIB do país em 2012. O Reino Unido, único país a implementar o método do produto, constatou que a produção doméstica, em valores brutos, reflete cerca de 63% do PIB nacional.

⁶ Para a Colômbia, que calcula diferentes valores de acordo com cada abordagem de custo, foi escolhido apresentar o valor estimado conforme os salários especializados.

As instituições de estatísticas da Colômbia e do México associaram à elaboração da CSTDNR, uma análise das relações de gênero na divisão do trabalho doméstico. O gráfico 6, resume as informações publicadas a respeito da distribuição do valor do TDNR produzido por homens e mulheres nesses países:

Gráfico 6 - Distribuição do valor do trabalho doméstico não remunerado de acordo com o sexo, Colômbia, 2012 e México, 2017



Fonte dos dados: DANE, 2014. INEGI, 2017b. Elaboração da autora.

Como evidencia o gráfico 6, as mulheres são responsáveis por grande parte dos trabalhos domésticos não remunerados, representando 80% do valor na Colômbia; e 75%, no México. Esta distribuição deve considerar ainda que os trabalhos reprodutivos majoritariamente femininos são desvalorizados no mercado de trabalho, lembrando que, na Colômbia, a atividade que as mulheres mais produzem valor, alimentação, recebe o segundo menor salário no mercado.

5 CONCLUSÃO

Para alcançar objetivo geral deste trabalho – entender as experiências internacionais de mensuração do trabalho reprodutivo – foi realizado um estudo metodológico de contas satélites de países que calculam a magnitude da produção dos trabalhos domésticos não remunerado. A importância de estudos sobre a valoração do trabalho reprodutivo no Sistema de Contas Nacionais está relacionada à produção de informação a respeito do trabalho feminino e das relações de gênero na sociedade.

No decorrer deste trabalho, gênero é definido como uma percepção social das diferenças entre os sexos. Entendendo que a relação entre homens e mulheres implica em uma hierarquia de poder, utiliza-se o conceito de patriarcado, que diz respeito necessariamente a relações desiguais e de submissão das mulheres. Patriarcado é definido, portanto, como uma forma de relação de gênero que responde a uma história de subordinação feminina. Esse debate é, entretanto, omitido das principais discussões econômicas, por não figurar os pressupostos da teoria clássica, neoclássica e marxista, ainda que essa tenha se aproximado do debate de gênero principalmente por ser abraçada por correntes feministas que tratam do trabalho reprodutivo e do trabalho doméstico não remunerado.

O trabalho reprodutivo corresponde a um conjunto de esforços exigidos na geração e sobrevivência dos seres humanos. O sustento da vida humana exige a realização de trabalhos reprodutivos desde a concepção da criança, gravidez, parto, lactância e cuidados. Posteriormente, o trabalho reprodutivo desdobra-se em atenções e cuidados com alimentação, educação, apoio afetivo e psicológico, manutenção do lar, etc. A hipótese aqui levantada é de que o trabalho reprodutivo possui uma parcela “invisível”: os trabalhos domésticos não remunerados (TDNR).

Esclarecendo o interesse na mensuração dos trabalhos reprodutivos, apresenta-se uma revisão histórica da divisão sexual do trabalho, tendo como referência Federici (2017). A autora retorna à época de transição ao capitalismo para demonstrar como o trabalho reprodutivo passou a ser responsabilidade das mulheres. Federici relaciona o desenvolvimento do sistema capitalista à caça às bruxas, à degradação da imagem feminina e à desvalorização do trabalho reprodutivo. Esse processo associou o trabalho doméstico não remunerado à natureza feminina, tornando-o inevitável e até realizador.

A invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado reforça o descaso com aqueles que o executam e omite parte da capacidade produtiva do país. Apesar de fundamental para a manutenção do sistema capitalista, o trabalho reprodutivo realizado no lar e sem remuneração é excluído do cálculo da produção nacional. Sendo assim, torna-se invisível às estatísticas nacionais tradicionalmente utilizadas para monitoramento do desenvolvimento econômico e formulação de políticas econômicas e sociais.

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é a principal fonte de informação estatística sobre o funcionamento econômico de um país. No centro da análise do SCN está a produção de bens e serviços e as transações monetárias resultantes desse processo. Os limites da análise são definidos pela fronteira de produção, que estabelece quais atividades econômicas são consideradas produtivas por gerar produtos/renda para o país. Note-se que as atividades relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado são excluídas dessa fronteira, e o manual do SCN recomenda, para estimar a magnitude da produção doméstica na economia nacional, o desenvolvimento de uma conta satélite.

Diversas metodologias foram elaboradas por organizações e instituições internacionais para valorar o trabalho doméstico não remunerado e incluí-lo em contas satélites. Foram analisados neste trabalho os diferentes métodos utilizados pela Finlândia, Colômbia, México e Reino Unido. Tendo em vista que não há uma recomendação final de uma metodologia harmonizada, não é possível realizar comparações internacionais, ou, no limite, elas devem ser feitas com cautela.

As principais contribuições desta monografia manifestam-se nos resultados encontrados nos cálculos realizados pelos dos países selecionados. Indépende da metodologia adotada, todos os resultados expressam a importância do trabalho doméstico não remunerado e sua magnitude em relação ao restante da economia. Ao estimar o valor da produção doméstica pelo método do produto, o Reino Unido conclui que este é equivalente a 63% do PIB nacional. A Finlândia, Colômbia e México, optando pelo método do custo, encontraram valores mais baixos; nesses países o valor da produção para autoconsumo no lar correspondeu a 39%, 20% e 23% dos respectivos PIB.

Ademais, a Colômbia e o México incluem na pesquisa da CSTDNR, uma análise de gênero. Ao decompor o valor produzido e o número de horas dedicados ao TDNR entre os sexos, os países explicitam que o trabalho reprodutivo está em grande

parte sob responsabilidade das mulheres. Nesses países, as mulheres produzem 80% e 75% do valor total dos serviços domésticos. O exercício de mensurar o TDNR atrelado a análises de gênero possibilita formulação e melhora de políticas públicas, visam atenuar as desigualdades entre homens e mulheres. Além de abrir caminhos para uma reflexão sobre a dinâmica de gênero na sociedade - especialmente importante em tempos de questionamentos e ataques a direitos conquistados.

Este trabalho espera contribuir para o debate em torno da construção de uma metodologia consensual para a valoração do trabalho doméstico não remunerado e inclusão da parcela invisível do trabalho reprodutivo nas Contas Nacionais. Adicionalmente, um possível horizonte de estudo seria o desenvolvimento de uma metodologia para valorar o TDNR brasileiro, visando agregar a conta satélite da produção doméstica às estatísticas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016. p. 43-60.
- BAPTISTA, Patrícia Gonçalves. **Imigração e o trabalho doméstico: O caso português**. 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/Tese34_WEB2.pdf/c75f97ed-01ff-4349-8c50-79b22cb677ab>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- BARAJAS, Maria de La Paz López. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016. p. 21-42.
- BECKER, Gary. A Theory of the allocation of time. **Economic Journal**. Oxford, p. 593-517. 1965.
- CHADEAU, Ann. What is households' non-market production worth? **OECD Journal: Economic studies**. Paris, p. 85-103. maio 1992.
- DANE, Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Cuenta Satélite de la Economía del cuidado: Fase 1 - valoración económica del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado**. 2014. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/cuentas/ec/Resultados-Cuenta-Satelite-de-la->>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- EUROSTAT, European Statistics. **Household production and consumption: Proposal for a methodology of household satellite accounts - Task force report for Eurostat**. 2003. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3888793/5823569/KS-CC-03-003-EN.PDF/8e284578-a435-4bd8-b42d-b86d4a911637>>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p.
- FEDERICI, Silvia. **Wages against housework**. Bristol: Power Of Women Collective And The Falling Wall Press, 1974.
- FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (Org.). **Contabilidade Social: Referência atualizada das contas nacionais do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, SPM, IPEA, 2016.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz; PEREIRA, Rosângela Saldanha. **Mulher e trabalho não remunerado**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

INEGI, Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Sistema de Cuentas Nacionales de México: Fuentes y metodologías**. Año base 2013. Cuenta satélite de trabajo no remunerado de los hogares. 2017a. Disponível em: <http://www.beta.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/cn/2013/tnrh/metodologias/SCNM_Metodo_TNRH_B2013.p>. Acesso em: 14 mar. 2019.

INEGI, Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Cuenta satélite del trabajo no remunerado de los hogares de México**. 2017b. Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/contenidos/saladeprensa/boletines/2018/StmaCntaNal/CS_TNRH2017.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

JEFFERSON, Therese; KING, John E. Never intended to be a theory of everything: Domestic Labor in Neoclassical and Marxian Economics. **Feminist Economics**, v. 7, n. 3, p.71-101, jan. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13545700110103504>.

LADEIRA, Cadu; LEITE, Beth. **Bruxas: as mulheres em chamãs**. 1993. Publicado em 31 out 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/inquisicao-idade-moderna-e-as-bruxas-as-mulheres-em-chamas/>>. Acesso em: 30 maio 2019.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia: Uma visão feminista**. São Paulo: Editora Alaúde, 2017.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 31 ago. 2018.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto di. **Os afazeres domésticos contam**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; SERRANO, Flankin. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. p. 137-160.

ONS, Office For National Statistics. **Household satellite account: (experimental) methodology**. 2002. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/housing/methodologies/householdsatelliteaccountexperimental>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ONS, Office For National Statistics. **Household satellite account, UK: 2015 and 2016.** 2018. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/satelliteaccounts/articles/householdsatelliteaccounts/2015and2016estimates>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

PICCHIO, Antonella. **La economía política y la investigación de las condiciones de vida.** 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/marin/Downloads/La_economia_politica_y_la_investigacion_de_las_con.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses.** New York: Columbia University Press, 1989.

UN, United Nations et al. **System of national accounts (SNA), 2008.** 2009. Disponível em: <<https://unstats.un.org/UNSD/nationalaccount/sna.asp>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

VARJONEN, Johanna; HAMUNEN, Eeva; SOINNE, Katri. **Satellite accounts on household production:** Eurostat methodology and experiences to apply it. 2014. Statistics Finland. Disponível em: <http://www.stat.fi/tup/julkaisut/tiedostot/julkaisuluettelo/ywrrp1_201400_2014_12368_net.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VIECELI, Cristina Pereira; WÜNSCH, Julia Giles; STEFFEN, Mariana Willmerdorf. Teoria Feminista e a Leitura sobre a Inserção Desigual da Mulher na Sociedade. In: VIECELI, Cristina Pereira; WÜNSCH, Julia Giles; STEFFEN, Mariana Willmerdorf (Org.). **Emprego doméstico no Brasil: Raízes Históricas, trajetórias e regulamentação.** São Paulo: Editora Ltda, 2017. p. 23-42.